

Márcio dos Reis Cardoso

ORDEM E

DO VERDE OLIVA AO GARANÇA:

uma análise do legado cultural do exército brasileiro para os colégios militares



AYA EDITORA
2022

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autor

Prof.ª Me. Márcio dos Reis Cardoso

Capa

AYA Editora

Revisão

O Autor

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chiroli

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.º Me. José Henrique de Goes

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Ma. Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda

Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

Prof.º Dr. Valdoir Pedro Wathier

Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, FNDE

© 2022 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelo autor para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas neste Livro, bem como as opiniões nele emitidas são de inteira responsabilidade de seu autor e não representam necessariamente a opinião desta editora.

Esse livro foi baseado na Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, tendo como orientadora a Professora Doutora Silvia Maria de Oliveira Pavão e como título:

“PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL: A INFLUÊNCIA DOS ELEMENTOS DA CULTURA MILITAR.”

C268 Cardoso, Márcio dos Reis

Do verde oliva ao garança: uma análise do legado cultural do exército brasileiro para os colégios militares [recurso eletrônico] / Márcio dos Reis Cardoso. -- Ponta Grossa: Aya, 2022. 59 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-035-3

DOI: 10.47573/aya.5379.1.46

1. Brasil – História militar. 2. Educação militar. 3. Educação inclusiva
I. Título

CDD: 306.27

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

**International Scientific Journals Publicações
de Periódicos e Editora EIRELI**

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: https://ayaeditora.com.br

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

84.071-150

AGRADECIMENTOS

Ao nosso senhor Jesus Cristo, em sua infinitude, pelo sacrifício que nos deu a redenção; por ser meu pastor e não deixar nada faltar;

Ao meu pai, por ser uma pessoa à frente do seu tempo; por me cobrar na medida certa, por nos assistir e nos defender com a garras de leão e por acreditar no poder transformador da educação;

À minha mãe, rainha do lar, guerreira, protetora, leal, pura ternura;

Aos meus irmãos, pela cumplicidade e parceria;

Ao meu filho, por me permitir desenvolver e evoluir;

À Talitha, minha amiga, minha amante, minha companheira, ligação eterna;

À toda minha família, pessoas humildes, boas, batalhadoras, alegres e solidárias, pelo carinho e pelas orações e especialmente para meus avôs Raimundo, Arlindo e Leonísia (*in memoriam*);

À minha orientadora, pelos ensinamentos, pelo carinho e pela amabilidade;

Aos colegas de trabalho, com quem divido as derrotas e conquistas diárias;

A todos e a cada um que eu deva um obrigado.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO..... | 7 |
| CAPÍTULO 1: DO GARANÇA AO VERDE OLIVA.. | 8 |
| CAPÍTULO 2: FALANDO SOBRE CULTURA | 14 |
| CAPÍTULO 3: FALANDO UM POUCO MAIS SOBRE CULTURA (ORGANIZACIONAL) | 17 |
| CAPÍTULO 4: A CULTURA MILITAR COMO LEGADO HISTÓRICO..... | 20 |
| CAPÍTULO 5: EXÉRCITO BRASILEIRO, ORIGENS E FORMAÇÃO CULTURAL..... | 24 |
| CAPÍTULO 6: COLÉGIOS MILITARES, HERANÇA DO SONHO DE CAXIAS | 38 |
| CAPÍTULO 7: ELEMENTOS CULTURAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DE SCHEIN | 42 |
| CAPÍTULO 8: HERANÇA CULTURAL DOS COLÉGIOS MILITARES | 48 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 53 |
| REFERÊNCIAS | 54 |
| SOBRE O AUTOR | 56 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 57 |

Apresentação

Desde os tempos mais primórdios, o homem sentiu a necessidade de separar uma parte do grupo para defender a caverna contra ataques de predadores. Conforme o tempo foi passando, essa prática manteve-se necessária e foi até mesmo ampliada para ações de ataque a presas e, posteriormente, contra outros agrupamentos humanos. Entre ações de ataque e defesa, foi sendo criada uma classe diferenciada, composta, necessariamente, por indivíduos dotados de características físicas e psicológicas que os credenciasse a suportar a fricção dos combates. Emerge, então, um conjunto de hábitos, normas de comportamento, saberes, crenças e sistemas simbólicos que se desenvolve paralelamente às sociedades humanas: a cultura militar. Esse legado expandiu-se pelo tempo e espaço, atravessou continentes e gerações e chegou ao Exército Brasileiro. Essa organização secular incorporou essa maneira de ser, que aos poucos foi sendo amalgamada ao estereótipo da instituição marcial brasileira.

Em 1853, Luís Alves de Lima e Silva, que dezesseis anos mais tarde, viria a ter o título de Duque de Caxias, teve a ideia de criar uma instituição de ensino pautada nesses elementos culturais, a fim de atender aqueles que tombassem no campo de batalha, no serviço de defesa da nação. O Sonho de Caxias foi concretizado em 1889 pelo conselheiro Tomás Coelho, que levou a cabo a criação do Imperial Colégio Militar da Corte, no Rio de Janeiro. De lá pra cá, entre avanços e retrocessos, os colégios militares foram se expandindo por todo o país. Hoje o sistema conta com quatorze unidades distribuídas nas cinco regiões geográficas do Brasil. Esses estabelecimentos de ensino, evidentemente, sofreram influência daquela cultura milenar, incrustada no DNA dos militares.

Tentar explicar, de forma científica, como isso se manifesta é o intento dessa obra. O fato de ter sido aluno da primeira turma do Colégio Militar de Campo Grande em 1955, bem como uma longa trajetória profissional no exército e, mais recentemente, em um colégio militar, suscitou no autor o desejo de externar, além da redação técnica, um breve relato contando sua trajetória pessoal. Esse ímpeto impeliu-me a exorbitar o prefácio e reservar um capítulo inteiro para esse intento. Me permiti, então, já que trata-se do primeiro capítulo, do meu primeiro livro, quebrar o protocolo da escrita acadêmica e convidar o leitor a embarcar comigo nessa viagem, cuja paisagem, de um lado permite apreciar os elementos da cultura militar e de outro os elementos que foram absorvidos pelos Colégios Militares, guardiões do sonho de Caxias.

Prof.^a Me. Márcio dos Reis Cardoso

CAPÍTULO 1: DO GARAÇA AO VERDE OLIVA

No coração da capital do Mato Grosso do sul, aproximadamente no meio da famosa avenida Afonso Pena, um antigo casarão foi palco de um momento histórico. Por dois anos o prédio abrigou, de forma provisória, o Colégio Militar de Campo Grande. Aquelas paredes centenárias foram palco do surgimento de um dos quatorze Colégios que o Exército Brasileiro mantém. Das janelas gigantescas do prédio do fundo, um grupo seleto de crianças e jovens, deixaram voar seus sonhos e expectativas, que hoje se constituem em profissões, famílias e realizações.

Parece que foi ontem que um desses jovens, sentindo-se extremamente incomodado com a formalidade da farda, saía diariamente pelos portões daquele casarão rumo ao ponto de ônibus da Rua Rui Barbosa, a fim de pegar o ônibus para chegar em casas algumas horas depois. daquelas pessoas que se acotovelavam para disputar uma vaga na condução, cujo destino era o bairro Universitária 2 (carinhosamente conhecido como “COHAB”) poucas conseguiam disfarçar o olhar curioso em direção ao jovem de farda. Inevitavelmente uma delas, geralmente uma senhora com olhar gentil e sorriso de vó, não se continha e lançava a pergunta fatal: “você é do bombeiro?”. Ou em outras ocasiões era um outro jovem querendo saber se aquele era o novo uniforme da Mirin*¹, pois ele também queria entrar na corporação. Não que fosse um desejo ou uma aspiração pessoal naquele momento, mas era eu, um desses jovens, alvo do questionamento constrangedor. Entretanto, a embaraçosidade da situação não estava necessariamente nas pessoas, mas na minha própria personalidade juvenil discreta e introspectiva.

Aos poucos os jovens usando calça cáqui com uma listra vermelha, camiseta de botão e boina garança (que quase nunca estava na cabeça) foram tornando-se figuras menos exóticas na região central da Cidade Morena. Depois de dois profícuos anos, o palco dessa história mudou-se para as atuais instalações do CMCG, ao lado quartel do 20º Regimento de Cavalaria Blindado, no bairro Santa Carmélia. Por ironia do destino, essa unidade militar seria aquela onde, alguns anos depois, eu pude experimentar, já na profissão de militar, os mais nobres sentimentos que a cultura castrense pode oferecer: camaradagem, liderança, abnegação, senso de dever, entre outras tantas. Inegavelmente, essa passagem pelo Colégio Militar de Campo Grande mu-

*1 *A Corporação dos Patrulheiros Mirins de Campo Grande, atual Instituto Mirin, era uma instituição não governamental, sem fins lucrativos que mantinha um programa qualificação social e profissional de adolescentes. Naquela época eles usavam um uniforme parecido com uma farda e o regime era inspirado na cultura militar.*

dou minha vida. Não fosse esse empreendimento, talvez minha trajetória profissional e, conseqüentemente, pessoal teria sido diametralmente oposta, já que a vida militar não era algo familiar pra mim. Entretanto essa história começou a alguns anos antes e de uma forma um tanto quanto pitoresca.

No início dos anos 90, eu frequentava uma boa escola na cidade da qual era tido como um aluno exemplar. Apesar de estudioso, o estereótipo de “cdf” me deixava um bastante incomodado. Tendo uma boa sociabilidade, procurava afastar essa imagem andando com a “galera do fundão”. Um deles era uma figura exótica e bem diferente de mim: não se interessava nem um pouco pelos estudos e com a boa conduta; a escola pra ele era um lugar de se auto afirmar. Ele era o verdadeiro *bullyer*², aquele que sempre arrumava um pretexto pra agredir verbal e fisicamente aquele colega que desse o menor motivo pra isso. Não que fosse uma pessoa nefasta; no fundo tinha bom coração. A lealdade era uma de suas virtudes e uma das bases da nossa amizade. Porém, essa personalidade mais violenta parecia lhe conferir um espírito aventureiro com necessidade de passar por provações pessoais. Acredito que tenha sido esse mesmo espírito que o levou, do alto dos seus doze anos, a me abordar, sem mais nem menos, com a seguinte frase: “Aí, vamos pro Colégio Militar, lá a gente vai ficar forte, vai ganhar dinheiro e fazer sucesso com as meninas”.. Ele (e muito menos eu) não tinha a menor ideia do que era um colégio militar. Certamente ele se referia às escolas de formação profissional das Forças Armadas, caracterizadas por uma rotina bastante desafiadora. Embora isso fosse uma coisa que não estava no meu rol de possibilidades de escolha profissional, acabei comentando alguma coisa sobre isso com meu pai, que ficou extremamente empolgado com a ideia. Alguns anos depois surgiu a notícia de que seria criado um Colégio Militar na capital. Nessas alturas, aquele amigo já havia expulso da escola; eu já andava com outras companhias e já começava a passar pelas primeiras paixões adolescentes, não tendo naquele momento a menor intenção de trocar de escola.

Mesmo contrariado, após amistosos convites dos meus pais, aos quais sou extremamente grato, resolvi fazer o concurso. O meu perfil de aluno dedicado deu resultado e eu consegui êxito no certame. Sem muito entusiasmo, parti para esse desafio. Tudo era novidade: a farda, as insígnias, os gestos, a marcha e, principalmente as notas que caíram de forma vertiginosa, não pela falta de dedicação mas pelo nível de cobrança do novo colégio. Entretanto, logo novos

² *Vocábulo inglês que designa aquele que pratica violência sistemática, conhecida comumente como Bullying.*

laços de amizade foram sendo construídos e eu comecei me sentir parte daquele colégio. Foram dois anos de muita intensidade em tudo, dos estudos às festas com os novos colegas. Ainda sem muita convicção de qual caminho profissional trilhar, resolvi fazer o concurso para Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), o qual também tive êxito.

Após um ano de formação na EsPCEEx, em Campinas-SP, e quatro anos na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende-RJ, fui declarado em novembro de 2001 Aspirante-a-Oficial da Arma de Cavalaria, sendo transferido para um Regimento próximo à fronteira com o Paraguai, no interior do Mato Grosso do Sul. Lá foram quatro anos de intensas experiências pessoais e profissionais. Depois de quatro anos naquela guarnição, retornei à capital, onde passei mais quatro anos. Seguindo o ciclo natural da carreira de oficial, fui designado para realizar o Curso de Aperfeiçoamento na cidade do Rio de Janeiro, onde o curso, com duração de um ano, foi realizado.

Terminada essa capacitação, de acordo com a classificação final do curso, era escolhido o próximo local para servir. Não tendo muitas opções de escolha, acabei indo pra cidade de Bagé-RS. Nesse momento da minha vida, havia me divorciado e meu filho, ainda em tenra idade ficou morando com a mãe Campo Grande. Durante minha permanência na rainha da fronteira, sempre procurei separar um tempo por mês para visitá-lo. Embora tenha pedido transferência para ficar perto dele, não fui atendido na primeira vez, pois as movimentações no Exército obedecem critérios específicos. Correndo o risco de continuar não sendo atendido, resolvi me inscrever para um curso no Rio de Janeiro, pois pelo menos teria um aeroporto na cidade pra facilitar minhas visitas ao meu filho.

Sinceramente, o tema do curso naquele momento era o que menos me importava. Por obra do divino, o curso era de Psicopedagogia Escolar e foi um marco na minha carreira, uma vez que me despertou o gosto pelas questões afetas à Educação. Concluído o curso, passei dois anos numa escola de formação de oficiais temporários em São Paulo-SP. Nesse momento ainda tinha a intenção de retornar pra Campo Grande, porém, novamente não tinha certeza se conseguiria voltar. Nisso, chegou um documento pedindo voluntário para um curso de coordenação pedagógica no mesmo Estabelecimento de Ensino do qual eu vinha. O estranho é que o processo de seleção para o curso não é tão simples. Seria necessário inscrever-se num sistema

próprio, mandar um requerimento, entre outras coisas. Especificamente naquele ano, parece que as vagas não foram preenchidas e abriu-se a possibilidade de convocar novos voluntários. Como havia a incerteza em relação à ida para minha cidade, resolvi encarar esse desafio. Minha intenção era agregar mais conhecimento na área de educação e, de quebra, no fim do curso tentar ser designado para Campo Grande.

Mais uma vez, quis o destino que meu caminho seguisse outro rumo. Dentre as opções de escolha que eu tinha ao final do curso estava a cidade Santa Maria-RS, a qual eu escolhi, entre outras coisas, pelo fato da vaga ser em um colégio militar. Assim teria a possibilidade de retribuir um pouco do que havia recebido, muitos anos atrás, como aluno. Assim foi feito e ao chegar na cidade, no ano de 2018, fui designado para chefiar o recém-criado núcleo da Seção de Atendimento Educacional Especializado, destinada a gerenciar os processos de inclusão escolar para alunos com transtornos, deficiências e altas habilidades. Surgiu, então, a necessidade de capacitação para exercer a função e, sabendo que a Universidade Federal de Santa Maria, além da Universidade Federal de São Carlos, é a única instituição de ensino superior no país que mantém um curso de graduação em Educação Especial, fui levado a buscar informações sobre aquela formação.

Era início do ano de 2019 e a UFSM só abriria edital para ingresso na graduação no segundo semestre. Porém, nessa busca, deparei-me casualmente com a convocação para o processo seletivo da pós-graduação *strictu sensu* de mestrado em Educação, sendo que uma das linhas de pesquisa era Educação Especial, Inclusão e Diferença. Desde o ano 1970 a Pós-Graduação em Educação da UFSM, vêm sendo reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência na formação em pesquisadores. Hoje, o programa conta com mais três seguimentos de pesquisa além da já citada: “Docência, saberes e desenvolvimento profissional”, “Políticas públicas educacionais educativas e suas interfaces” e “Educação e Arte”. Apesar da tradição e da diversidade de pesquisas nesse sentido, não encontrei registros de investigações que abrangessem a inclusão em Colégios Militares. Pensei, então, que aquela seria uma opção viável para que o CMSM se apropriasse de conhecimentos acadêmicos acerca de processos inclusivos.

Assim sendo, submeti-me ao processo seletivo, no qual obtive sucesso. No curso de mestrado, concluído no segundo semestre de 2021, tive a oportunidade de compartilhar de uma

rede complexa de profissionais, com os quais tive grande aprendizado não só acerca da Educação Especial, mas também sobre Educação de uma maneira geral. Como não poderia ser diferente, minha dissertação estava vocacionada para minha área de atuação, tendo por título: “PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL: A INFLUÊNCIA DOS ELEMENTOS DA CULTURA MILITAR “. Nesse trabalho procurei desvelar como uma cultura tão diferenciada como a militar poderia se coadunar com a cultura de inclusão, aparentemente tão opostas. O arquétipo militar, marcado pelo conservadorismo, pela disciplina e pela boa forma física, a princípio parecia chocar-se com uma cultura de inclusão. O diálogo entre a cultura militar (ou seja, relacionada à classe militar) e a educação inclusiva exige desafios gigantescos.

Durante a escrita do trabalho, me veio a necessidade de confirmar em que medida a cultura militar foi incorporada pelos colégios militares. Justamente dessa investigação é que houve o surgimento da ideia de escrever esta obra, no sentido de partilhar o conhecimento e as reflexões que tive a oportunidade de construir durante minha pesquisa. Portanto, essa obra está profundamente assentada nos achados da dissertação entregue à UFSM, sendo uma releitura de uma parte daquela monografia. Em um primeiro momento, pretendo levar o leitor a conhecer um pouco mais do Exército Brasileiro, instituição mantenedora dos Colégios Militares. Posteriormente passo a dar visibilidade aos colégios em si, bem como a cultura militar se fez presente neles. Antes, porém faz-se mister colocar o leitor a par de alguns conceitos básicos acerca de “Cultura”, “Cultura Organizacional” e “Cultura Militar”, já que esse foi o viés da pesquisa que realizei.

É importante salientar que, somente nesse primeiro capítulo, me reservei o direito de afastar-me um pouco da escrita acadêmica, mais técnica e rebuscada. Essa intencionalidade está atrelada a duas convicções pessoais. A primeira é de que há a necessidade de situar o leitor sobre minha caminhada dentro da instituição militar, a fim de me credenciar na redação de uma observação participante. Por ter sido aluno de colégio militar, ter uma caminhada longa como profissional do exército e agora, fazer parte do quadro de gestores de um desses estabelecimentos, creio que isso possa dar força à minha argumentação, quando mais estribada em uma visão pessoal. A segunda é de que, para que uma leitura seja eficaz, é preciso aproximar-se do leitor, entregando-lhe um material mais palatável. Por isso mesmo me permiti trazer esse capítulo em primeira pessoa. Na busca dessa proximidade, também procurei contar ao leitor um pouco

da minha história, a qual parece estar cheia de lances de sorte que me fizeram chegar até esse ponto.

Portanto, para o autor esse trabalho reveste-se de um caráter especial, tendo em vista o fato de ter sido aluno da primeira turma do Colégio Militar de Campo Grande, inaugurado no ano de 1995. Talvez se o amigo valentão não tivesse falado em Colégio Militar, lá no início dos anos 90, hoje eu poderia estar vestindo terno e gravata ou outro uniforme ao invés de farda verde oliva. Assim sucederam-se os acontecimentos intervenientes, como a escolha dos cursos e dos locais pra servir. Não há como se afirmar se foram obras do acaso, do destino ou conspirações do universo. O fato é que, hoje sinto-me no dever de partilhar essas experiências e, talvez, contribuir um pouco mais para a divulgação da imagem dos Colégios Militares para a sociedade, bem como os esforços e avanços de professores, alunos e gestores no campo da Educação Especial. Quem sabe algum jovem, em algum lugar desse país, “por força do destino”, tome contato com essa obra e isso lhe sirva pra mudar o rumo de sua vida?

CAPÍTULO 2: FALANDO SOBRE CULTURA

O que é cultura? Essa pergunta admite uma grande quantidade de respostas. Portanto, em um primeiro momento, é preciso entender melhor os significados que orbitam essa palavra. Somente a partir do entendimento desse conceito é que se pode averiguar as origens da cultura militar no mundo e a forma como ela se introduziu no Exército Brasileiro, desde a sua origem até os dias atuais. Cumprida essa etapa, será possível entender as principais influências da cultura militar nos colégios militares.

Ao consultar a definição de “cultura” em um dicionário, encontram-se diversos significados ligados diferentes áreas, tais como agricultura, biologia, sociologia e antropologia. Verifica-se, então, quão difícil é a tarefa de compreender esse conceito. Com esse intento, parece ser preciso explicar, de forma breve, a evolução desse conceito ao longo da história. Partindo-se da premissa de que cultura é um tema trabalhado, essencialmente, no âmbito da antropologia, propõe-se uma breve visita às correntes que marcaram o pensamento dos antropólogos.

A primeira delas surgiu por volta de 1870 e teve certa hegemonia até o início do século XX, conhecida como Evolucionismo. Essa corrente, como propõe Laraia (2001) foi inspirada nos conhecimentos disseminados por Charles Darwin e admitia um padrão linear de desenvolvimento social. Os Evolucionistas afirmavam que as sociedades “nasciam” em estágios básicos de desenvolvimento e iam atingindo outros estágios sucessivos e obrigatórios até atingirem o Estágio de Civilização. Ou seja, pensava-se que todas as sociedades humanas eram essencialmente homogêneas e as diferenças entre os grupos sociais eram em função dos diferentes graus de evolução desses grupos (monogéismo). Essa corrente utilizava basicamente o método comparativo, motivo pelo qual ficou conhecida como uma “antropologia de gabinete”. Destacaram-se nessa corrente o americano Lewis Henry Morgan, além dos ingleses James George Frazer e Edwart Burnet Tylor, considerado o pai do conceito de cultura, a quem Laraia (2001, p. 17) atribui a primeira definição de cultura formulada do ponto de vista antropológico. O autor demonstrou que cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois trata-se de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes ele proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução.

Porém, essa visão etnocentrista, que admitia raças mais relevantes, acabava por refor-

çar a diferença entre os povos, vindo a perder força e dar lugar a outras correntes. Em resposta ao pensamento evolucionista surgiram novas correntes a partir do início do século XX. A primeira que pode ser citada, embora não muito proeminente, foi o Difusionismo, que pregava que as crenças, hábitos e até artefatos materiais eram criados em um tempo e espaço definidos e, aos poucos eram transmitidos para grupos vizinhos até serem difundidos universalmente. Esse pensamento carecia de força argumentativa, uma vez que não conseguia explicar a semelhança entre os povos. Ao mesmo tempo, ignorava que as necessidades humanas são muito parecidas, levando a construção de soluções similares para atendê-las.

Diante da necessidade de explicações mais profundas para essas questões antropológicas surgiram, também no início do século XX o Funcionalismo e o Estrutural-Funcionalismo. Embora ambas tivessem caráter determinista, a primeira estava centrada no indivíduo, enquanto a segunda centrava-se na sociedade. Como principal representante do Funcionalismo podemos destacar Bronislaw Malinovsk, que postulou que as necessidades fisiológicas do indivíduo promoviam soluções culturais na busca de satisfazê-las. Entretanto, havia quatro necessidades sociais básicas: a economia, a educação, o controle social e a organização política, as quais davam ensejo a um conjunto de normas, atividades e artefatos. Esse pensamento revolucionou os métodos dos estudos antropológicos, rompendo com as antigas práticas da “antropologia de gabinete” ao enfatizar que era preciso ir a campo.

Numa constante busca de fechar as lacunas que insistiam em aparecer, surge outra corrente: o Estrutural-Funcionalismo. Essa última corrente, cujo expoente foi Radcliffe Brown, baseava-se na análise da integração funcional entre os elementos culturais, com base na comparação entre a estrutura social e as atividades sociais de um grupo. Desta forma, a sociedade seria um sistema de instituições que existem, independentemente do indivíduo. É possível traçar um paralelo com os escritos do sociólogo Émile Durkheim, para quem a sociedade era como um organismo vivo, onde cada indivíduo desenvolve um papel. Durkheim deixou vultuosa contribuição para a área, tanto que Radcliffe-Brown (1973) atribui a ele a primeira formulação sistemática aplicada ao estudo específico da sociedade.

Fechando essa rápida passagem pela visão antropológica de cultura, chega-se às brilhantes contribuições do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss e sua antropologia cultural,

que é também título de um de seus livros. Essa abordagem assevera que a organização de uma sociedade está ligada à sua estrutura. Considerando a cultura como um sistema de comunicação por símbolos, Levi-Strauss estudou com destaque os sistemas de parentesco para tentar explicar a estrutura elementar da sociedade.

Verifica-se, portanto, que o termo cultura é amplo e complexo. As compreensões acerca do tema são dinâmicas e foram tomando nova roupagem, desde Tylor até os dias atuais. Entretanto, para o presente trabalho, julga-se suficiente essa breve abordagem, cujo objetivo é situar o leitor acerca do significado de cultura, evitando-se desdobramentos teóricos mais profundos. Nesse passo, adotar-se-á, para fins de prosseguimento nos estudos desse trabalho a seguinte definição simplificada para o termo “cultura”: conjunto dos hábitos, normas de comportamento, saberes, crenças e sistemas simbólicos que diferenciam um grupo de outro.

CAPÍTULO 3: FALANDO UM POUCO MAIS SOBRE CULTURA (ORGANIZACIONAL)

Depois de um breve entendimento sobre o conceito de cultura e sua evolução ao longo do tempo, passamos a tentar relacioná-lo com os contornos que ele toma nas relações entre pessoas dentro das instituições. Isso se faz necessário, tendo em vista que o enfoque deste estudo está na estrutura educacional de uma instituição específica. Na busca pela explicação de como os aspectos da cultura se revelam dentro das organizações, serão usados alguns recursos de análise institucional, particularmente, os atinentes à chamada “Cultura Organizacional”.

A fim de compreender os aspectos da Cultura Organizacional é inevitável recorrer a Edgar Schein, considerado o pai desse conceito. Ao introduzi-lo para os leitores, ele faz um interessante apanhado sobre o termo cultura:

Talvez o aspecto mais intrigante da cultura como conceito é que ela nos aponta os fenômenos que estão abaixo da superfície, que são poderosos em seu impacto quase invisível e comportam um grau considerável de inconsciência. Nesse sentido, a cultura está para um grupo como que a personalidade ou caráter está para um indivíduo. Podemos ver os comportamentos resultantes, mas, frequentemente, não podemos ver as forças internas que causam certos tipos de comportamento. Todavia, à medida que nossa personalidade e caráter orientam e restringem nosso comportamento, a cultura guia e restringe o comportamento dos membros de um grupo, mediante normas compartilhadas e assumidas nesse grupo (SCHEIN, 2017, p. 7).

Reconhecendo a complexidade do conceito, o autor procurou elucidá-lo a partir de outros elementos críticos: estabilidade estrutural, profundidade, extensão e padronização ou integração. O primeiro, relativo à estabilidade, afirma que a cultura transcende aos indivíduos, sobrevivendo, mesmo quando alguns deles deixam a organização. Essa estabilidade é valorizada pelos membros por fornecer significado e previsibilidade. Ao tocar na questão da profundidade, ele diferencia a cultura de manifestações culturais, sendo que a primeira é parte não exposta do “iceberg”, enquanto o que se vê, comumente são apenas manifestações da cultura. Uma terceira característica apontada por Schein é a extensão, ou seja, a cultura é universal, cobrindo todas as operações relativas à tarefa principal da organização. Por fim, ele revela a questão da padronização ou integração dos elementos a um paradigma maior, que é o que essencialmente chamamos de cultura (SCHEIN, 2017, p. 13).

O referido estudo revolucionou a análise da cultura das organizações na medida em que

definiu níveis diferentes de análise, entendendo-se por nível “o grau pelo qual o fenômeno cultural é visível ao observador”. Segundo Schein, o grande erro em que muitas análises incidiam era justamente não considerar os diferentes graus de manifestação da cultura, que ele assim classificou: “Artefatos”, “Crenças e valores expostos” e “suposições básicas” (SCHEIN, 2017, p. 23). No primeiro nível estão os aspectos visíveis, a ponta do “iceberg”:

Na superfície, está o nível dos artefatos, que inclui todos os fenômenos que alguém vê, ouve e sente quando encontra um novo grupo com uma cultura não familiar. Os artefatos incluem os produtos visíveis do grupo, como a arquitetura de seu ambiente físico; sua linguagem; sua tecnologia e produtos; suas criações artísticas; seu estilo incorporado no vestuário, maneiras de comunicar, manifestações emocionais, mitos e histórias contadas sobre a organização; suas listas explícitas de valores; seus rituais e cerimônias observáveis e assim por diante.

Embora fácil de observar, os artefatos nem sempre são facilmente decifrados. Para Schein, quanto maior o tempo de vivência do observador no grupo, mais clareza ele terá a respeito dos artefatos. Partindo-se dessa premissa, pretende-se utilizar a experiência deste autor em mais de vinte anos no Exército para identificar com clareza os artefatos culturais em pauta no estudo.

O segundo nível são as crenças e valores expostos, que para Schein (2017), traduzem-se nas estratégias, metas e filosofias. Ao analisar esse conceito, Machado; Maranhão e Pereira (2016, p. 83) destacam:

Pode-se afirmar que estas crenças e valores expostos que são soluções propostas por líderes que auxiliam as decisões organizacionais, em um nível menos difundido. São manifestos racionais de comportamento que se apresentam de maneira idealizada. Neste sentido as crenças e valores expostos seriam a etapa de validação ao surgimento das suposições básicas.

Com relação a esse nível, pode-se fazer a analogia, com a parte central do “iceberg”, ou seja, eles podem ser observados de certa forma, embora não estejam tão expostos quanto os artefatos.

Por fim, os elementos mais profundos, aqueles que estão entranhados no “DNA” da instituição são as suposições básicas:

Quando a solução de um problema funciona repetidamente, passamos a aceitá-la como verdadeira. O que era uma hipótese, apoiada apenas por uma intuição ou um valor, gradualmente, passa a ser tratado como realidade...As suposições básicas, no sentido em que desejo definir esse conceito, foram assumidas como verdadeiras, de modo que se encontra uma pequena variação em uma unidade social. Esse grau de consenso resulta do sucesso repetido em implementar certas crenças e valores, como anteriormente descrito. (SCHEIN, 2017, p. 28).

Também conhecidos como pressupostos básicos, esse terceiro nível dos elementos culturais para Schein (2017) são os mais importantes. Para variar um pouco a analogia eles seriam a “base da pirâmide”, pois sobre eles são construídos os valores expostos e artefatos. A guisa de conclusão, pode-se utilizar o próprio texto do autor, no qual ele sintetiza os elementos representativos dos três níveis da cultura, por ele concebidos:

Embora a essência da cultura de um grupo seja seu padrão de suposições básicas, compartilhadas e assumidas como verdadeiras, ela se manifestará no nível dos artefatos observáveis e das crenças e valores assumidos e compartilhados. Ao analisar as culturas, é importante reconhecer que artefatos são fáceis de observar mais difíceis de decifrar, e que as crenças e valores expostos podem refletir apenas racionalizações ou aspirações. Para entender a cultura de um grupo, deve-se tentar obter suas suposições básicas compartilhadas e entender o processo de aprendizagem pelo qual as suposições básicas ocorrem. (SCHEIN, 2017, p. 33)

Essa forma de análise, proposta pelo autor, facilita a compreensão e o estudo da cultura de uma organização. Portanto, ela será adotada neste trabalho, onde procurar-se-á levantar os elementos da cultura militar do Exército Brasileiro para, então, buscar inferir sobre a influência deles nos Colégios Militares, particularmente no que se refere ao processo de inclusão escolar.

CAPÍTULO 4: A CULTURA MILITAR COMO LEGADO HISTÓRICO

A partir do conceito geral do termo “cultura”, se delinea uma definição para o termo “cultura militar”. Desde a formação das primeiras civilizações humanas, tornou-se imperativo a designação de uma parte de grupo para as ações bélicas, nos embates contra outros grupos, particularmente em defesa do povo e do território. Esses conflitos entre diferentes agrupamentos humanos sempre estiveram presentes ao longo da história do homem, não só com o intuito de preservação, mas também com a finalidade de se lançar ataques aos povos inimigos, levando-os, cada vez mais, a dedicar-se especificamente à arte da guerra. Uma das referências até hoje nesse campo, inequivocamente é Sun Tzu (2005, p.115), que há cerca de quinhentos anos antes de Cristo, já postulava:

Guerra é um assunto de importância vital para o Estado; uma questão de vida ou morte, a estrada da sobrevivência ou da ruína. É obrigatório que seja completamente estudada. Trata-se de assunto sério. Há apreensão quando homens lançam-se a ela sem a devida reflexão. Quem despreza o tema evidencia uma lamentável indiferença pela conservação ou pela perda do que mais devemos prezar, que é a nossa segurança.

Com o passar do tempo houve a necessidade crescente da especialização para o combate, o que levou ao surgimento de contingentes específicos para ações militares. O exercício da atividade militar, cuja ação, em última instância está ligada ao exercício da violência, coloca o militar numa situação diferenciada dentro do grupo social, pressupondo a necessidade de atributos físicos e morais. A atuação em um cenário de batalha requer características físicas compatíveis com os esforços aos quais o soldado poderá estar exposto. Desta forma, Foucault (1987, p. 162) apresenta uma interessante visão sobre essa figura:

Eis como ainda no início do século XVII se descrevia a figura ideal do soldado. O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas — essencialmente lutando — as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra: Os sinais para reconhecer os mais idôneos para esse ofício são a atitude viva e alerta, a cabeça direita, o estômago levantado, os ombros largos, os braços longos, os dedos fortes, o ventre pequeno, as coxas grossas, as pernas finas e os pés secos, pois o homem desse tipo não poderia deixar de ser ágil e forte: [tornado lanceiro, o soldado] deverá ao marchar tomar a cadência dos passos para ter o máximo de graça e gravidade que for possível, pois a Lança é uma arma honrada e merece ser levada com um porte grave e audaz.

Em torno da figura do soldado foram, ao longo do tempo, se estruturando as instituições

militares, com características próprias, de acordo com as particularidades de cada sociedade, mas também com estereótipos comuns, os quais, segundo Foucault (1987, p. 182) poderiam ser “fabricados”

[...] o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a ‘fisionomia de soldado’.

Com o aumento das demandas militares passou a ser necessário agrupar os soldados em locais específicos, denominados quartéis. Para Foucault (1987) eles serviam para fixar o exército, impedir a pilhagem e as violências; acalmar os habitantes que suportam mal as tropas de passagem; evitar os conflitos com as autoridades civis; fazer cessar as deserções; controlar as despesas. Dentro dos quartéis e também durante as campanhas bélicas, os usos e costumes foram cunhados ao longo do tempo, durante a convivência diária entre os soldados, delineando as peculiaridades desse grupo. Retomando o conceito de cultura adotado nesse estudo, pode-se dizer que, a função social dos militares, mesmo em diferentes sociedades constituíram um conjunto de hábitos, normas de comportamento, saberes, crenças e sistemas simbólicos que diferenciados, caracterizando uma “cultura militar”.

[...] cultura militar é, essencialmente, a forma como as coisas são feitas nas organizações militares. A cultura militar é o conjunto de valores, costumes, tradições e base conceptual que ao longo do tempo se tornaram o carácter da profissão militar. É da cultura militar que surge um quadro comum para aquilo que se espera dos militares, em termos de comportamento, disciplina, trabalho de equipa, lealdade, dever altruísta e dos valores que suportam estes elementos. (SOUZA, 2015, p. 16).

Esse modo característico de ser e de fazer foi cunhado ao longo dos anos, trazendo para as organizações militares suposições básicas comuns à figura do soldado. Portanto, essa “cultura militar” ultrapassa a fronteira dos países estando presente no estereótipo do indivíduo das armas. Para desvelar os componentes deste estereótipo, recorre-se novamente a Foucault, que trouxe à baila a expressão “corpos dóceis”. A “docilização” a que ele se refere está relacionada às técnicas e estratégias utilizadas para “formatar” o indivíduo em condições específicas que se deseja atingir. Esse mecanismo parece ser ideal para se aplicar àqueles que serão preparados para o exercício da violência, em uma situação de conflito, já que, a eles serão dadas armas e equipamentos bélicos.

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 2017, p. 165-166).

Portanto, verifica-se que um dos fatores fundamentais, não só para o convívio interno harmonioso, mas para o derradeiro sucesso nas campanhas militares é a disciplina. Sun Tzu (2005) postula que a guerra possui cinco fatores fundamentais: a influência moral, o tempo, o terreno, o comando e a disciplina, que, segundo ele invoca respeito à hierarquia, organização, controle e atribuição de funções apropriadas aos oficiais subalternos. A disciplina militar está assim conceituada, na lei castrense de nosso país:

Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo (BRASIL, 1980).

Como recursos para atingir o rígido estado disciplinar imprescindível aos exércitos, afloram diversos mecanismos. Arelado ao processo de docilização “foucaultiano”, está um dos mais evidentes processos de manipulação dos corpos, característicos do estereótipo militar: “ordem unida”. Ela se constitui de movimentos específicos e precisos, cujos detalhes expressam minuciosos significados, realizadas em grupo na busca da uniformidade máxima. A repetição exaustiva e a precisão necessária, leva o soldado à introjetá-la em sua própria personalidade, como mostra a descrição supracitada do soldado do século XVIII. Essa seria, portanto, uma das manifestações do poder disciplinar. Entretanto para que a disciplina seja efetiva há que se lançar mão de outros recursos, os quais, Foucault (2017, p. 196) nomeia de “o olhar hierárquico”, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”. Aí aparece um outro sustentáculo da cultura militar que é a hierarquia.

Mas o olhar disciplinar teve, de fato, necessidade de escala. Melhor que o círculo, a pirâmide podia atender a duas exigências: ser bastante completa para formar uma rede sem lacuna — possibilidade em consequência de multiplicar seus degraus, e de espalhá-los sobre toda a superfície a controlar; e, entretanto, ser bastante discreta para não pesar como uma massa inerte sobre a atividade a disciplinar e não ser para ela um freio ou um obstáculo; integrar-se ao dispositivo disciplinar como uma função que lhe aumenta os efeitos possíveis. É preciso decompor suas instâncias, mas para aumentar sua função produtora. Especificar a vigilância e torná-la funcional. (FOUCAULT, 2017, p.199).

A hierarquia militar seria, portanto, uma maquinaria rebuscada de manutenção do poder disciplinar, que para ser efetivo, necessitaria de uma vigilância constante a fim de verificar e impelir cada membro do grupo a agir de acordo com as normas castrenses. Para esse termo, o Estatuto dos Militares traz a seguinte definição:

§ 1º A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade. (BRASIL, 1980).

Nesse passo, estabeleceu-se estruturas piramidais, em cujo vértice está o comandante supremo da instituição militar. Em direção à base da pirâmide, o poder é distribuído em determinados pontos, de modo que o controle possa permear toda a estrutura. Teríamos então a vigilância hierárquica trabalhando em função de um poder disciplinar, sendo esses elementos, comuns aos diversos agrupamentos militares ao redor do mundo. Hierarquia e disciplina são, portanto, elementos básicos da cultura militar, que ultrapassam as fronteiras territoriais e caracterizam os militares em diferentes países.

CAPÍTULO 5: EXÉRCITO BRASILEIRO, ORIGENS E FORMAÇÃO CULTURAL

As origens da cultura militar brasileira remontam o período colonial, tendo como base as tropas portuguesas que foram enviadas para as terras brasileiras quase meio século após o descobrimento:

A primeira tropa mais ou menos regular que teve o Brasil, vinda de Portugal, foi composta pelos 600 voluntários que, em 1549. Desembarcaram com o governador geral Thomé de Souza, na Bahia. Sobre sua organização, bem como sobre a dos soldados que, às ordens dos Sás, combateram os francezes no Rio de Janeiro, nada se sabe ao certo. Assim, no século XVI, desde a divisão do Brasil em capitanias, por D. João III, até as invasões estrangeiras, não se conhecem documentos seguros da nossa vida militar. (RODRIGUES, 1922, p.4). Mantida a grafia original

Com o tempo, a colônia passou a despertar maior interesse de Portugal, por conta dos seus recursos naturais, o que levou a metrópole a preocupar-se com a defesa das novas terras, em função da cobiça de outros países

Torna-se maior o interesse da metropole pelo paiz e a ambição de outras nações colonisadoras faz com que se pense mais na defesa do Brasil. Travam-se grandes lutas. As forças que nellas tomam parte são formadas no nosso proprio territorio, de accordo com os preceitos militares da época. Aparecem os terços de brancos, de pretos e de indios (RODRIGUES, 1922, p. 4). Mantida a grafia original.

Essa preocupação veio a se tornar realidade com as invasões holandesas em Recife, empreitadas pela Companhia das Índias Ocidentais, primeiro em 1624, sendo expulsos no ano seguinte e, posteriormente, em 1630, quando dominaram a região por vinte e quatro anos. Os holandeses pretendiam se aproveitar economicamente e também lançar, a partir dali ofensivas militares para ampliação de seus domínios, conforme destaca Bento (2004, p. 46):

Na invasão de Pernambuco, os holandeses visavam apoderar-se, economicamente, da enorme riqueza representada pelo açúcar e pau-brasil desta rica capitania, ao mesmo tempo que, baseados no Recife, ampliariam gradativamente suas conquistas, estendendo-as a todo o litoral nordestino. O Recife oferecia excepcionais condições defensivas contra um ataque partido de terra e, também, excelente 47 portos para abrigar enorme esquadra, além de, geograficamente, estar em posição central no litoral nordestino do qual pretendiam apossar-se.

Insatisfações de ordens diversas, levaram os nativos a reprovar o julgo holandês, culminando com chamada Insurreição Pernambucana, caracterizada por algumas revoltas, com o objetivo de expulsá-los. Com esse fim, o então governador da Bahia enviou para Pernambuco o Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso, que organizou e treinou os civis luso-brasileiros, formando

um pequeno contingente, considerado a célula-mãe do Exército Brasileiro. Após anos de conflito, os invasores holandeses foram finalmente expulsos, graças ao espírito de nacionalidade recém-adquirido por parte dos locais. Nesse processo destacou-se a “Batalha dos Guararapes”, iniciada em 19 de abril de 1648, como marco central da formação da força militar terrestre brasileira, cuja data foi adotada oficialmente como o dia do Exército, como veremos com mais detalhes mais adiante. Verifica-se que, desde os primórdios o EB teve sua composição baseada em diferentes grupos raciais, notadamente o português europeu, o negro africano e o índio americano, seguindo a lógica da formação do povo brasileiro, como revela Bento (2004, p. 146), ao elencar as consequências da restauração do território pernambucano:

[...] surgiram os fundamentos da grande Democracia Étnica Brasileira, em consequência do irmanamento de brancos, índios, pretos, caboclos, mulatos e curibocas, em razão dos ingentes sacrifícios de quase 24 anos de lutas contra o invasor; Este irmanamento se sublimou nos Guararapes - batalhas que, guardadas as devidas proporções no tempo, no espaço e na finalidade, significaram para a nascente raça brasileira uma grande afirmação perante o mundo; surgiu o espírito do Exército Brasileiro, emergido da doutrina militar da guerra brasileira, que venceu um dos maiores exércitos da Europa, comparável aos de França e Suécia de então.

Com o sucesso na empreitada de restauração de Pernambuco, foi criada ali, a primeira unidade militar genuinamente brasileira. Paulatinamente foram sendo criados e remanejados novos corpos militares no sudeste e sul. Seguindo a dinâmica de interiorização que caracterizou a história brasileira, aos poucos foram criadas unidades no centro-oeste e na região amazônica.

Após o seu nascimento, o Exército Brasileiro esteve sempre envolvido e atuou com destaque nos principais fatos históricos que marcaram o país, entre eles a independência de Portugal, as revoltas do segundo reinado, a Guerra da Tríplice Aliança, a Era Vargas e o golpe militar de 1964. Como não é objetivo deste trabalho descrever os fatos históricos que marcaram a constituição e desenvolvimento do EB, o foco recairá sobre o processo de formação do ethos militar brasileiro.

Nesse intento, recorre-se à obra de Celso Castro, eminente antropólogo brasileiro dedicado a desvendar a construção da identidade militar nacional, com diversas obras publicadas sobre o assunto. Ele afirma que o processo da definição da identidade cultural do EB envolveu a adoção de um conjunto de elementos simbólicos. O primeiro aparato simbólico de vulto foi a adoção da Batalha de Guararapes como evento de nascimento do Exército Brasileiro.

Em 1994, por iniciativa do ministro do Exército, general Zenildo, foi criado o Dia do Exército, na data de realização da 1ª Batalha dos Guararapes (19 de abril de 1648). A Batalha dos Guararapes foi um evento muito importante no processo de expulsão das tropas holandesas que ocuparam a região de Pernambuco entre 1630 e 1654. Mesmo inferiorizadas numericamente, as tropas locais, compostas por unidades de brancos, negros e índios, e recorrendo a táticas de guerra irregular (ou de guerrilhas), derrotaram um inimigo superior em número e mais bem equipado. (CASTRO, 2002, p. 42).

Verifica-se que há uma preocupação em vincular os elementos históricos aos elementos simbólicos que se deseja propagar. Nesse caso em particular, como assevera Castro (2002) procurou-se vincular o nascimento do exército ao nascimento da nacionalidade brasileira, reforçando a ideia de integridade e coesão nacional devido à união das três raças que constituem o povo brasileiro (branco, negro e o índio) em torno de um ideal. São cultuadas, até hoje, as figuras de origem dessas três raças que se destacaram na campanha, que são considerados patriarcas e adornam as galerias de heróis de todos os quartéis.

A versão hoje oficialmente apresentada pelo Exército a respeito dos principais líderes celebra cinco 'Patriarcas do Exército': o comandante-em-chefe do exército restaurador entre 1648 e 1654, Francisco Barreto de Menezes; o reinol João Fernandes Vieira; o 'mazombo' (morador branco nascido no Brasil) André Vidal de Negreiros; o índio Antônio Felipe Camarão; e o negro Henrique Dias (CASTRO, 2002, p. 59).

Como sugere Castro (2002) eles seriam "os mais remotos ancestrais dos homens e das mulheres que hoje envergam o uniforme verde-oliva, sendo dignos, portanto, de figurar, em galeria, ao lado dos insígnies Patronos da Força". Outro grande líder, cuja figura adorna as galerias dos quartéis é Antônio Dias Cardoso, que foi o subcomandante do 'terço' de Fernandes Vieira. Até hoje ele é conhecido como "mestre da emboscada", cujas técnicas e táticas se assemelham às missões das atuais tropas de comandos. Seus feitos lhe elevaram à condição de patrono das Forças Especiais do Exército, que atualmente se estrutura em diversas unidades, sediadas na cidade de Goiânia-GO.

Por meio do culto aos heróis de Guararapes procurou-se inflamar o espírito de patriotismo e nacionalidade do militar brasileiro. Tendo esse marco histórico como pano de fundo, são trabalhados diversos atributos morais, considerados adequados aos nossos soldados. Essa construção simbólica permanece viva e é levada a cabo por meio de cerimônias militares, eventos comemorativos e outros tantos ritos que são desenvolvidos na semana do dia 19 de abril, batizada de Semana do Exército. Essa posição pode ser corroborada pelas palavras do idealizador da institucionalização do Dia do Exército, General Zenildo, em entrevista a Castro (2002, p.46),

que assim a transcreveu em seu livro:

[...] tem uma simbologia especial como a desse problema das três raças — e há uma sintonia com o Exército. Se olharmos uma formatura da Academia Militar, vê-se como ela é multicor, não há preconceitos. Isso é importante para demonstrar o sentido popular, democrático, do Exército. Então, recuperamos essas imagens de Felipe Camarão, de Matias de Albuquerque, do Vidal de Negreiros, dos chefes militares da Restauração Pernambucana. ... Guararapes foi a união das três raças, a primeira reação do povo brasileiro, a primeira ação do Exército como uma instituição, representa nossas raízes.

Uma outra empreitada significativa no campo simbólico, foi a adoção da figura de Duque de Caxias, o patrono do exército como um perfil ideal de soldado, em substituição ao imponente vulto histórico do Marechal Osório, também candidato ao posto.

Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o duque de Caxias, é oficialmente cultuado como Patrono do Exército. No dia de seu nascimento, 25 de agosto, celebra-se o Dia do Soldado. Entretanto, Caxias morreu em 1880 e só em 1923 o Exército passou a cultuá-lo oficialmente. Durante quatro décadas, a principal comemoração militar brasileira ocorria no aniversário da Batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866), a maior da Guerra do Paraguai, tendo em Manuel Luís Osório (1808-1879), comandante das forças brasileiras, seu principal herói. A partir da introdução oficial do “culto a Caxias” em 1923, nas décadas seguintes ocorreu a substituição de Osório por Caxias como modelo ideal do soldado brasileiro. Vejamos esse processo de institucionalização do culto a Caxias no Exército, ponto focal de um conjunto de investimentos simbólicos da elite militar nas décadas de 1920, 30 e 40. (CASTRO, 2002, p. 9).

Nascido em 1803, na Fazenda São Paulo, localizada na Vila da Estrela, na Capitania do Rio de Janeiro (hoje, atual município de Caxias), em uma família de linhagem de generais, Luís Alves de Lima e Silva, iniciou muito jovem sua carreira militar marcável por uma conduta irrepreensível e um inequívoco talento como estrategista (Castro, 2002). Em mais de 60 anos de atuação em prol da nação, ele figurou não só como soldado, mas também como brilhante político e administrador público. Além de destaca-se na pacificação de quatro revoltas internas, também brilhou na Guerra do Paraguai, sendo credenciado a figurar na galeria dos maiores capitães da História Militar Terrestre Mundial, como assevera Silva (2002, p. 65) que assim define a personalidade do patrono:

Possuía visão clara na natureza humana e o dom de perceber as qualidades dos líderes que enfrentara ou das populações que se propunha pacificar ou em seu seio exercer comandos. Tinha um temperamento equilibrado e sólido, calmo e saudável de nervos, além de uma emotividade controlada, sem exageros ou desequilíbrios afetivos de qualquer espécie. Não lhe faltava coragem física que até lhe sobrava, mas que a usava calculadamente no momento exato como aconteceu em Iitororó.

Essas características pareciam credenciá-lo a ocupar a posição de soldado modelo, na busca de uma identidade militar brasileira. Desta forma, a partir de 1923, o dia do seu nascimen-

to passou a ser celebrado como o “Dia do Soldado”, o acontece até hoje nos quartéis, onde se vê discursos, cerimônias militares e outros tantos elementos ritualísticos. Parece ter sido a serenidade da figura de Caxias, o principal fator para sua escolha como patrono, na busca de uma unidade interna e estabilidade institucional, como revela Castro (2002, p.13):

Até 1930 o culto a Caxias segue uma mesma rotina: flores, discursos e desfiles diante da estátua. Qual o sentido da instituição de Caxias como patrono do Exército? Creio que o objetivo a ser alcançado, no plano simbólico, era a afirmação do valor da legalidade e do afastamento da política, a bem da unidade interna do Exército, despedaçada, nos anos 20, por diversas revoltas internas e clivagens políticas. É interessante observar que a oficialização do culto a Caxias se dá em 1923, ano seguinte ao da revolta que inaugurou o ‘ciclo tenentista’ — nos anos seguintes, o Brasil viveria seguidas rebeliões militares.

Os “tenentes” de 1922 vivenciaram uma época em que os militares estavam mais engajados na política e portanto, sujeitos a movimentos que levavam à indisciplina. Como visto na doutrina de Sun Tzu, esse atributo deve ser um dos pilares da força militar, sem o qual não se pode chegar à vitória. A busca pela disciplina revela que o Exército Brasileiro herdou esse traço da cultura militar geral. Nesse sentido, os chefes militares brasileiros procuraram atrelar a figura do patrono ao dia do soldado como um antídoto contra a indisciplina e politização dos militares, na busca de uma vinculação simbólica orientada pelo espírito de legalidade e integração nacional.

A partir de 1930, o conteúdo das mensagens veiculadas sobre Caxias e o Dia do Soldado não enfatiza somente a legalidade e a disciplina, mas também a fusão do Exército com a Nação, tendo como ponto focal Caxias, apresentado como o maior lutador pela unidade e integridade da Pátria. (CASTRO, 2002, p. 14).

Verifica-se, que ao escolher a figura de Caxias como patrono procurava-se, não só incrementar um aparato simbólico interno pelo estabelecimento de um paradigma das virtudes militares, mas também usar essa imagem quase que santificada, em busca da unidade e integridade da pátria. Procurou-se então, vincular os atos de liderança de Caxias aos pressupostos que o Exército julgava necessário criar e aprimorar. Essa estratégia parece ter acertada já que, conforme Machado; Maranhão e Pereira (2016, p. 84), a liderança é a fonte de criação, manipulação e até mesmo extinção de uma cultura organizacional. Esse entendimento vai ao encontro dos conceitos apontados por Schein (2017), para quem o nascimento desse tipo de crença, se dá a partir de um ato de um futuro líder.

No final, qualquer grupo reflete as crenças e os valores originais de alguém, seu sentido do que deve ser, que é diferente do que é. Quando um grupo é criado ou quando enfrenta uma nova tarefa, questão ou problema, a primeira solução proposta para lidar com ele

reflete algumas suposições próprias do indivíduo sobre o que é certo ou errado, o que funcionará ou não funcionará. Esses indivíduos que prevalecem, que podem influenciar o grupo a adotar certa abordagem ao problema, no final serão identificados como líderes ou fundadores. (SCHEIN, 2017, p. 25).

Castro (2002) descreve um fato interessante na construção cultural do Exército nesse processo. Ele narra que Caxias, em 1925, deu nome à turma formada naquele ano na Escola Militar do Realengo, berço da formação da oficialidade naquela época, sendo a primeira a adotar esse procedimento. A ideia do batismo da turma parece ter vindo de um coronel francês que se encontrava na escola como conselheiro da Missão Militar Francesa, uma verdadeira revolução na doutrina militar brasileira, ocorrida no início do século XX. Ao importar esse costume militar francês, a turma de 1925, inaugura uma tradição que permanece até os dias atuais, como pode ser observado no saguão de placas com nomes das turmas da Academia Militar das Agulhas Negras (sucessora da Escola Militar do Realengo).

Um período que veio a revolucionar os destinos do Exército, nesse sentido, foi quando o coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque foi nomeado comandante da escola Militar em 1930. Ele foi responsável pela adoção de uma série de aparatos simbólicos que permanecem até hoje no imaginário dos militares. Entre eles, está o espadim, uma réplica da espada de Caxias que adorna os uniformes dos estudantes da AMAN, cuidadosamente nomeados com o título de “Cadete”. Conforme descreve Castro (2002), a figura de Caxias deveria pairar no seio dos cadetes do Brasil, assim como a de Napoleão na Academia de Saint-Cyr e a de Washington em West Point. Esse adorno, símbolo de um minucioso rito de passagem, é entregue solenemente até os dias de hoje, na semana do dia 25 de agosto em uma cerimônia cercada de simbologia. No bojo dessas transformações, José Pessoa criou, também, a Medalha Caxias, concedida ao aluno melhor classificado, como estímulo ao mérito escolar. Verifica-se, portanto, que se passou a estabelecer um verdadeiro culto à Caxias, que se estendeu para fora dos muros militares, chegando a toda sociedade. Tanto é, que se convencionou a chamar de “caxias” aquela pessoa metódica e extremamente compenetrada em seus afazeres.

Incrementando o aparato simbólico da força, tomou corpo a ideia do coronel francês de batizar as turmas com nome de heróis militares, sendo esse procedimento estendido para outras instituições internas. Particularmente, no momento em que a figura do maior ícone das campanhas do Paraguai, até então, o Marechal Osório, teve que ceder espaço para não ofuscar o brilho

que seria destinado à Caxias. Herói da batalha de Tuiuti, Osório passou a ser referenciado como o Patrono da “Cavalaria” Brasileira, um título honroso para um vulto histórico tão importante, porém, hierarquicamente inferior ao de Patrono do Exército. Para situar o leitor, as funções de combate, no EB, são divididas e atribuídas a grupos específicos, denominados de “Armas”. Elas compõem o cerne do aparato de combate sendo, atualmente, duas “armas base”: A Infantaria e a Cavalaria (de Osório) e três de apoio: Artilharia, Engenharia e Comunicações.

Além disso, existem os quadros e serviços que se encarregam da parte logística e administrativa, sendo que contam com maior prestígio dentro da força o Quadro de Material Bélico e o Serviço de Intendência, cujos cursos de formação de oficial são ministrados, na AMAN, junto com o curso de formação das cinco armas supracitadas. A atribuição de patronos para cada uma delas foi uma forma de juntar, simbolicamente, sob um mesmo apanágio o modelo de soldado ideal para compor aquela arma, quadro ou serviço, conforme revela Castro (2002, p. 19), após minuciada pesquisa etnográfica:

A escolha dos patronos não é movida apenas por interesse histórico. Uma pesquisa que fiz na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) entre 1987 e 1988 mostrou como o culto aos patronos estava inserido no processo de construção dos “espíritos” de cada Arma, importantes para a formação do futuro oficial do Exército. As características atribuídas ao “espírito” de cada Arma guardam estreita relação com aspectos consignados às biografias dos patronos. Esses elementos, valorizados e emulados no cotidiano da Academia, revelam-se fundamentais para a socialização dos cadetes e a construção de suas identidades militares.

Nos primeiros anos da AMAN, que hoje em dia é cursado em Campinas, na EsPCEEx, o cadete não é vinculado a nenhuma Arma, Quadro ou Serviço, sendo submetido a instruções e treinamentos básicos. Ao final do segundo ano, ele deve definir sua especialidade militar, escolhendo um dos sete cursos disponíveis, sendo que ele ficará vinculado a essa especialidade até o fim da carreira. Por sinal, é grande o peso da AMAN no processo de formação e consolidação dos artefatos culturais no Exército Brasileiro. Isso porque é dali que saem os futuros Comandantes da Força, que são declarados Aspirantes-à-Oficial ao final do curso, vindo a galgar, por antiguidade ou merecimento, os demais postos da oficialidade durante a carreira. Em funções de comando, auxiliados pelos sargentos, são aqueles que determinam os destinos da força, reproduzem o discurso institucional e fomentam a manutenção dos artefatos culturais.

Dessa forma, considerando que os aparatos simbólicos, adotados pelo Exército, surgem ou passam, em sua grande maioria pelo berço de formação da oficialidade. Serão descritos, por-

tanto, os elementos culturais desenvolvidos na AMAN e que depois vão se propagando gradualmente para toda a instituição. Entretanto, antes é preciso compreender que o ensino na AMAN faz parte de um todo maior que é o Sistema de Ensino no Exército (SEE), o qual possui princípios norteadores específicos. Instituído por meio da Lei 9786, de 08 de fevereiro de 1999, ele possui características próprias e destina-se a qualificar os recursos humanos necessários para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções previstas no âmbito do Exército, quer seja em tempos de paz ou de guerra. Esse sistema está baseado nos seguintes princípios:

Art. 3º O Sistema de Ensino do Exército fundamenta-se, basicamente, nos seguintes princípios: I - integração à educação nacional; II - seleção pelo mérito; III - profissionalização continuada e progressiva; IV - avaliação integral, contínua e cumulativa; V - pluralismo pedagógico; VI - aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência; VII - titulações e graus universitários próprios ou equivalentes às de outros sistemas de ensino. (BRASIL, 1999).

Estão presentes, portanto, desde a norma máxima de regulamentação do ensino, traços de preocupação com padrões éticos e morais, refletindo uma preocupação institucional que se faz presente desde as origens. Vejamos então, o que essa norma aborda com relação a atitudes e comportamentos:

Art. 4º O Sistema de Ensino do Exército valoriza as seguintes atitudes e comportamentos nos concludentes de suas modalidades de ensino: I - integração permanente com a sociedade; II - preservação das tradições nacionais e militares; III - educação integral; IV - assimilação e prática dos deveres, dos valores e das virtudes militares; V - condicionamento diferenciado dos reflexos e atitudes funcionais; VI - atualização científica e tecnológica; VII - desenvolvimento do pensamento estruturado. (BRASIL, 1999).

Observa-se, nos dois parágrafos, extraídos da lei de ensino castrense brasileira, que além da preocupação com os valores éticos, morais, civis e patrióticos está presente a questão da integração à sociedade, buscada desde o nascimento da instituição. A próxima norma na escala do SEE, é o Regulamento dos Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de ensino do Exército, o R 126, conforme hierarquia normativa prescrita em seu artigo 35. Daquele diploma legal, é interessante pontuar a institucionalização do culto aos heróis militares por meio do empréstimo de seus nomes para as turmas de alunos dos diversos cursos. Essa tradição, como visto anteriormente, iniciou-se no processo de “culto” a Caxias e se estende até os dias de hoje, sendo minuciosamente detalhada pelo R 126 (BRASIL, 2000):

Art. 52. Para a escolha da denominação de turma, de formação de Oficiais (AMAN, IME, EsSEEx, EsAEx e CPOR/NPOR), de sargentos (EsSA, EsIE, EsMB, EsCom, CIAvEx e demais OM de tropa) e de alunos (EsPCEEx e Colégios Militares) devem ser observados os seguintes procedimentos: I - os integrantes da turma escolhem três nomes, que devem

exaltar fatos edificantes ou vultos incontestes da História do Brasil, guardar, em princípio, significativa relação com o EE e ter sua apreciação isenta de influência de ordem passional, e os sugerem ao Comandante do EE; II - os nomes escolhidos são encaminhados pelo canal de comando; III - o nome homologado pelo Chefe do DEP e pelo Secretário de Ciência e Tecnologia para as turmas do IME, ouvida a Secretária-geral do Exército, passará a ser a Denominação Histórica oficial da turma e publicada em Boletim Interno;

Na matriz da formação da oficialidade, a AMAN, os símbolos e cultos aos heróis podem ser claramente observados nas figuras simbólicas, como descreve Castro (2004, p. 30), em relação a um rito de passagem marcado pela entrega solene da réplica do sabre de Caxias aos Cadetes do primeiro ano:

O primeiro ano da academia é dividido ao meio pela cerimônia de entrega de espadins, pouco depois de retornar das férias de duas semanas que tem o final do primeiro semestre, o Cadete recebe, solenidade repleta de familiares e convidados um objeto que é considerado o próprio símbolo da honra militar: o “espadim”, miniatura do sabre de campanha do Duque de Caxias, patrono do Exército. Oficialmente, este é o momento em que os novatos são confirmados como Cadetes.

Dentre os vários aspectos da construção cultural que compõem o espírito militar cunhado na AMAN, um que desperta a atenção é a questão da meritocracia, conforme Castro (2004, p.42): “a imagem de uma competição sadia é muito forte na AMAN. Ela pressupõe a igualdade de condições para todas as pessoas no momento inicial a partir daí será formada uma escala de méritos individuais aprovados através de exames”. Essa questão será retomada quando da análise dos artefatos culturais militares reproduzidos nos Colégios Militares e fica bastante evidente na transcrição da entrevista de um Cadete:

Ano passado tinha um cara a gente descobriu agenda anotada com as notas dos dois mais sérios concorrentes dele. Em determinados momentos a gente se sente com uma família, dá para sentir. Mas na maioria das vezes tu sente que tá sozinho o que é cada um por si, pela própria competição que tem. No final das contas a gente cada um tá interessado nos seus problemas cada um se preocupa consigo. (CASTRO, 2004, p. 44).

Uma outra construção cultural bastante presente na formação do Oficial e, por extensão, na composição do “espírito militar” é a divisão em “armas”. Ela seria uma espécie de subdivisão do espírito militar na qual está contida. Como visto anteriormente, os sete cursos que o cadete escolhe ao final do segundo ano são como um “casamento” com uma qualificação militar, que vai além do campo técnico sendo inserida na própria personalidade militar de cada cadete, conforme descreve Castro (2004, p. 48):

Os espíritos das Armas compõem o sistema classificatório que estabelece uma homologia entre as características pessoais exigidas pelas diferentes “missões”, isto é, tarefas de cada arma numa situação de combate - as “atividades-fim” - e os diferentes padrões de

Conduta e personalidade mantidos na situação de não combate, no cotidiano. As características exigidas no combate certamente correspondem às exigências técnicas e práticas, mas elas também são utilizadas – e é isso que nos interessa aqui - para uma outra ordem na realidade produzir significação, cultura. Temos então uma espécie de totemismo do qual os membros de cada arma compartilham entre si regras de conduta mais ou menos obrigatórias e um estoque de símbolos comuns (emblemas, canções, motes, patronos) relacionados ao espírito da Arma.

Prosseguindo nesse sentido, se chega a mais um elemento introduzido por José Pessoa, com forte apelo simbólico e produtor da identidade inerente ao espírito militar, a implementação do Corpo de Cadetes. Esse termo designava um conjunto militar coerente totalizador, o qual possuía os recursos humanos, materiais e simbólicos necessários ao enquadramento militar dos alunos, sob a égide de um rígido estatuto. Já naquela, o Regulamento do Corpo de Cadetes, possuía características que não diferem muito do que se tem hoje em dia em termos do refinamento do controle.

Conforme relato indispensável da etnografia participante conduzida por Celso Castro, verifica-se, portanto, que os principais artefatos culturais inseridos no AMAN dão uma boa representatividade da cultura militar disseminada nos quartéis. Por meio dela procurou-se desvelar o “espírito militar”, reinante na instituição. Todos os dispositivos vistos até aqui vieram a desembocar na variada gama de instrumentos culturais que caracterizam a vida castrense. Isso pode ser facilmente verificado nas normativas que norteiam a instituição (as quais, serão apresentadas, a partir de agora) e até mesmo em outras que extrapolam os limites institucionais, como é caso da Carta Magna, que assim decreta:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988, p. 93).

As preocupações de José Pessoa parecem ter se materializado, no sentido de haver previsão, já na Lei máxima do país de separação entre os militares e a vida política, como fica evidente neste artigo. Não que o militar deva ser “apolítico”, mas conota-se uma preocupação dessa separação institucional. Além disso, restam inequivocamente materializados os artefatos representados pela hierarquia e disciplina, herdeiras de uma cultura militar mundial que atravessa os tempos. Esses artefatos parecem ter sido importados da Lei que regula a conduta militar, o Estatuto dos Militares (E 1), uma espécie de regulamentação estatutária de classe misturada a

um código de ética profissional, promulgado oito anos antes. O estatuto já apresenta a hierarquia e a disciplina como valores basilares, colocando os componentes das Forças Armadas, numa categoria diferente de servidores (os militares) e assim as conceitua:

A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade. § 2º Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo (BRASIL, 1980)

Esse estatuto define até mesmo o que seriam as manifestações essenciais do valor militar: o patriotismo; o civismo e o culto das tradições históricas; a fé na missão elevada das Forças Armadas; o espírito de corpo; o amor à profissão das armas e o aprimoramento técnico-profissional. A ética militar também é regrada com detalhes no E1, o qual preceitua que o “sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes das Forças Armadas, conduta moral e profissional irrepreensíveis”. No mesmo artigo, são definidos os preceitos a que os integrantes das Forças armadas estão sujeitos, os quais estão relacionados à verdade, responsabilidade, eficiência, probidade, justiça, camaradagem e vários outros atributos morais (BRASIL, 1988).

Continuando a identificar as marcas do “espírito militar” presentes nas normativas internas do EB, dentre as mais presente no dia a dia, que regram as condutas e comportamentos do militar em diversos campos, estão os quatro principais regulamentos: o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG), O Regulamento de continências, sinais de respeito e honras militares (R Cont) , o Regulamento de Administração do Exército (RAE) e o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), que, embora sigam o sistema de nomenclatura atualmente adotado para as publicações militares são carinhosamente conhecidos como R 1, R 2, R 3 e R 4. Esses regulamentos foram promulgados por meio de Decreto Presidencial, constituindo-se em um verdadeiro “guarda-chuva”, embaixo do qual emanam todos os outros regulamentos que regram as condutas dos integrantes das Força Terrestre.

O primeiro deles, como o próprio nome diz, regula toda uma gama de atividades e procedimentos afetos ao cotidiano de uma Organização Militar. Embora esteja voltado para organizações do tipo “corpo de tropa”, ou seja, aquelas cuja função precípua está voltada para as ações

de combate, ele aplica-se, subsidiariamente a qualquer OM:

Art. 1º O Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG) prescreve tudo quanto se relaciona com a vida interna e com os serviços gerais das unidades consideradas corpos de tropa, estabelecendo normas relativas às atribuições, às responsabilidades e ao exercício dos cargos e das funções de seus integrantes [...]. § 2º As prescrições do RISG estendem-se às demais OM do Exército, no que lhes for aplicável. (BRASIL, 2003, p. 6).

Interessante notar que, na vida castrense, as condutas são regradas nos mínimos detalhes, o que fica explícito ao se observar os Títulos e Capítulos que compõem o RISG, cujo extrato do sumário encontra-se no Apêndice B, o qual foi colocado como apêndice devido à sua grande extensão. Cabe salientar que essa riqueza de detalhes nem sempre esteve presente no cotidiano militar brasileiro. O embrião da atual AMAN, a Academia Real Militar 1810, tinha pouquíssimos dispositivos regulamentares, conforme revela Castro (2004). Aos poucos esses dispositivos de controle foram sendo introduzidos, com destaque para adoção do primeiro Regulamento Interno do Corpo de Cadetes da Escola Militar, implementado por José Pessoa, denotando uma herança cultural. O Regulamento prossegue na regulação de tudo quanto pode ser regulado. Passa a descrever as atribuições do Comandante, chegando até as atribuições dos cargos destinados aos soldados mais modernos. Ao longo dos artigos, pode-se observar uma forte presença de artefatos culturais ligados à disciplina, como por exemplo, nos artigos relativos às atribuições do comandante de uma unidade militar:

Art. 21. Ao Cmt U, além de outros encargos relativos à instrução, à disciplina, à administração e às relações com outras OM, prescritos por outros regulamentos ou por ordens superiores, incumbem as seguintes atribuições e deveres:... II - esforçar-se para que os seus subordinados façam do cumprimento do dever militar um verdadeiro culto e exigir que pautem sua conduta civil pelas normas da mais severa moral, orientando-os e compelindo-os a satisfazerem seus compromissos morais e pecuniários, inclusive de assistência à família, e punindo-os disciplinarmente quando se mostrarem recalcitrantes na satisfação de tais compromissos. (BRASIL, 2003, p. 9).

Outro aspecto que fica evidenciado é a preocupação com o culto dos heróis e das tradições, como aparece no artigo que regula e estimula a existência dos espaços culturais nas unidades.

Art. 170. Cada unidade pode possuir e manter um espaço cultural com parte ou a totalidade das seguintes finalidades: I - destacar os feitos históricos ou os heróis da OM ou do Exército; II - mostrar a evolução da Arma, do Quadro ou do Serviço que a OM representa; III - estimular a vocação para a carreira militar; e IV - incentivar o interesse pela preservação da memória e dos valores da OM e do Exército. (BRASIL, 2003, p. 54-55)

O Culto aos heróis, feitos militares e símbolos que exortam o patriotismo e a memória

estão flagrantemente destacados no artigo 340, que prescreve que não deve haver expediente, nem instrução, além dos feriados nacionais, em datas que foram adotadas simbolicamente, como visto anteriormente, no caso, o Dia do soldado e o Dia do Exército, sendo feitas, ainda, outras prescrições com relação às datas.

Art. 347. O dia 19 de abril, data em que se comemora a I Batalha de Guararapes, travada em 1648, é consagrado como o Dia do Exército Brasileiro. § 1º Este dia é festivo e solenemente comemorado nas OM, ressaltando-se os feitos de Guararapes - “berço da nacionalidade e do Exército Brasileiro” ... Art. 348. O dia 25 de agosto, data em que se comemora o nascimento do Marechal Luís Alves de Lima e Silva – o Duque de Caxias – é consagrado como o Dia do Soldado – Festa de Caxias... § 1º Este dia é festivo e solenemente comemorado nas OM, ressaltando-se as qualidades de cidadão exemplar, de patriota insigne e de soldado heroico que caracterizaram aquele grande chefe militar e o tornaram um dos maiores vultos da História Nacional. (BRASIL, 2003, p. 99-100).

O outro Regulamento básico da instituição é o Regulamento de continências, sinais de respeito e honras militares (R Cont), essencialmente voltado para o minucioso regramento da complexa rede de protocolos cerimoniais. Essa normativa foi introduzida, inicialmente, por meio de Decreto Presidencial, uma vez que na época de sua promulgação ainda não havia sido criado o ministério da Defesa. Com esse advento, deu-se a promulgação de uma Portaria Normativa de 2009, alterada em 2013, dando uma nova roupagem a este regulamento. As modificações introduzidas não diminuíram o peso simbólico dessa norma na cultura militar. Ali são descritas com detalhes as condutas serem adotadas para expor as inúmeras formas de exaltação de disciplina e respeito à hierarquia.

O próximo regulamento, que tem grande importância no cotidiano das organizações militares do Exército, é o Regulamento de Administração do Exército. Porém, por estar mais voltado para questões administrativas, não ficam tão evidentes os artefatos culturais que estamos procurando destacar. Entretanto, o rigor das normas administrativas, baseadas na austeridade do uso dos recursos revela resquícios dos elementos que está se procurando identificar.

Entretanto, o último dos quatro diplomas legais básicos aqui analisados, traz no próprio nome um elemento básico da cultura militar que se incrustou também na força terrestre brasileira: a disciplina. Aprovado por meio de decreto presidencial de 2002, o Regulamento Disciplinar do Exército enumera e especifica quais são as transgressões disciplinares, bem como as punições a que estão sujeitos os militares da ativa, da reserva remunerada e os reformados, caso venham a incidir em alguma delas, as quais são chamadas de transgressão disciplinar:

Art. 14. Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe. (BRASIL, 2002).

A capitulação de condutas consideradas inadequadas leva o militar, que as deve conhecer muito bem, a agir de forma a afastar-se delas para não ser alvo de uma “punição disciplinar”, ou seja, a pena. Como anexo ao R 4 encontra-se uma relação contendo a descrição de cento e treze condutas tipificadas como transgressões militares.

Esse breve levantamento histórico normativo não teve como objetivo realizar uma análise institucional do Exército Brasileiro. Essa tarefa requer um estudo muito mais aprofundado de uma instituição complexa, com mais de quatrocentos e setenta anos de história, espalhada pelos mais diversos rincões deste país. Portanto, aqui procurou-se apenas fazer um pequeno recorte do processo de formação cultural dessa instituição, pinçando alguns fatos e normas que pudessem ajudar na caracterização dos principais elementos culturais presentes no EB, visando a sedimentar a construção argumentativa desse estudo.

CAPÍTULO 6: COLÉGIOS MILITARES, HERANÇA DO SONHO DE CAXIAS

Como visto na seção anterior, o Sistema de Ensino do Exército foi se desenvolvendo paralelamente ao próprio EB, transformando-se em uma complexa rede de Estabelecimentos de Ensino, destinados a capacitar os seus quadros para o desempenho das funções a eles inerentes. São ministrados cursos em diversas linhas de ensino:

Art 8º O ensino no Exército desenvolve-se em quatro distintas Linhas de Ensino Militar: I - Bélico, destinada à qualificação continuada de pessoal necessário à direção, ao preparo e ao emprego da Força Terrestre; II - Científico-Tecnológico, destinada à qualificação continuada de pessoal necessário à direção e à execução das atividades científico-tecnológicas; III - de Saúde, destinada à qualificação continuada de pessoal necessário à direção e à execução das atividades de saúde; e IV - Complementar, destinada à qualificação continuada de pessoal necessário ao desempenho de atividades não enquadradas nas linhas anteriores e definidas em legislação específica (BRASIL, 1999).

Desta forma, os Colégios Militares não são responsáveis pela capacitação de pessoal para suprir os quadros da instituição e sim, atuam na Linha de Ensino Complementar com finalidade preparatória e assistencial.

Art. 7º O Sistema de Ensino do Exército mantém, de forma adicional às modalidades militares propriamente ditas, o ensino preparatório e assistencial de nível fundamental e médio, por intermédio dos Colégios Militares, na forma da legislação federal pertinente, ressalvadas suas peculiaridades. § 1º O ensino preparatório e assistencial de nível fundamental e médio a que se refere o caput poderá ser ministrado com a colaboração de outros Ministérios, Governos estaduais e municipais, além de entidades privadas. § 2º Os Colégios Militares mantêm regime disciplinar de natureza educativa, compatível com a sua atividade preparatória para a carreira militar. (BRASIL, 1999)

Embora não seja a atividade-fim da instituição, o Exército, ao longo do tempo deu grande importância ao ensino preparatório e assistencial, criando um Sistema que engloba, hoje, treze unidades espelhadas por todos os cantos do país. Esse processo iniciou-se ainda no período regencial, quando surgiu a ideia de criação do Colégio Militar do Imperador, que seria destinado aos filhos dos militares. Essa ideia foi retomada por Caxias, que sofrendo diretamente as agruras da Guerra, vislumbrou a necessidade de uma “educação oficial” para os órfãos daqueles que tombassem no cumprimento do dever. Já como senador, o patrono apresentou por duas vezes projeto de lei com esse intento, porém não obteve sucesso. Esse sonho apenas tornou-se realidade no final do Império, por empresa do Conselheiro Tomaz Coelho, que conseguiu que fosse criado o Imperial Colégio Militar, no Rio de Janeiro, que logo ganhou prestígio, abrindo espaço

para a criação de mais dois colégios em Porto Alegre e Barbacena. Entre avanços e recuos, criações e extinções de unidades, chegamos ao cenário atual com um sistema composto por 14 colégios localizados em distintas regiões do país, em sua maioria nas capitais dos Estados.

O Órgão Técnico-Normativo ao qual subordinam-se os quatorze Colégios Militares denomina-se Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), que por sua vez é subordinada a um dos Órgãos de Direção Setorial da instituição, o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX).

A DEPA, atualmente a Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial, é o órgão de apoio técnico-normativo do Departamento de Educação e Cultura do Exército - DECEX, abrangendo um Sistema de 14 (quatorze) Colégios Militares a difundir brilhantemente o ensino no nosso País: Colégio Militar do Rio de Janeiro, Colégio Militar de Porto Alegre, Colégio Militar de Fortaleza, Colégio Militar de Manaus, Colégio Militar de Brasília, Colégio Militar de Recife, Colégio Militar de Salvador, Colégio Militar de Belo Horizonte, Colégio Militar de Curitiba, Colégio Militar de Juiz de Fora, Colégio Militar de Campo Grande, Colégio Militar de Santa Maria, Colégio Militar de Belém e Colégio Militar de São Paulo, realizando, ainda, a supervisão pedagógica da Fundação Osório. (DEPA, 2020).

A exemplo do que se adotou nos anos de José Pessoa, na Escola Militar de Realengo, os CM estão sujeitos a um conjunto de regramentos pormenorizados em suas normas internas. Esses dispositivos, além de outras normativas emanadas pela DEPA, são disciplinadamente acatados e seguidos, o que garante uma homogeneidade ímpar ao sistema, em que pesem as distâncias geográficas e características culturais locais. Concebido para ministrar os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, os colégios obedecem à legislação da educação federal, porém com os elementos culturais característicos da cultura organizacional militar. Esse traço cultural fica bem explícito no Regulamento dos Colégios Militares (R-69), onde são traçadas as metas a serem atingidas por meio da proposta pedagógica:

I - permitir ao aluno desenvolver atitudes e incorporar valores familiares, sociais e patrióticos que lhe assegurem um futuro como cidadão, cômico de seus deveres, direitos e responsabilidades, em qualquer campo profissional que venha a atuar; II - propiciar ao aluno a busca e a pesquisa continuada do conhecimento; III - desenvolver no aluno a visão crítica dos fenômenos políticos, econômicos, históricos, sociais e científico-tecnológicos, preparando-o a refletir e a compreender e não apenas para memorizar, uma vez que o discente deverá aprender para a vida e não mais, apenas, para fazer provas; IV - capacitar o aluno à absorção de pré-requisitos, articulando o saber do discente ao saber acadêmico, fundamentais ao prosseguimento dos estudos, em detrimento de conhecimentos supérfluos que se encerrem em si mesmos; V - estimular o aluno ao hábito saudável da atividade física, buscando o desenvolvimento corporal e o preparo físico, incentivando-o à prática constante do esporte; e VI - despertar a vocação para a carreira militar. (BRASIL, 2008 b, p. 3-4)

O comando de um colégio é atribuído sempre a um Oficial que tenha cursado a AMAN e possua o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, sendo escolhido, preferencialmente, um que já tenha comandado uma unidade de tropa. Em sua estrutura organizacional, via de regra existe uma Divisão de Ensino, uma Divisão de Pessoal (ou repartição com o mesmo status), uma Divisão Administrativa e um Corpo de Alunos, que reúne e se responsabiliza pelo enquadramento dos discentes, tal qual paradigma criado por José Pessoa. A ele incumbe aplicar os instrumentos disciplinares, inclusive as “punições” (evidentemente, de caráter pedagógico) traçando um perfeito paralelo com os mecanismos coercitivos adotados pelo EB e descritos no RDE.

O Ensino é conduzido pela Divisão Ensino, a qual é constituída organizada de acordo com os anos escolares, sendo que cada um deles é chefiado por um coordenador, que enquadra os professores das disciplinas daquele ano. Além disso existe uma Seção de Supervisão Escolar, que em termos operacionais dirige e coordena os docentes, por meio dos seus coordenadores de ano. Há também uma Seção de Expediente que cuida da parte administrativa e uma Seção de Meios Auxiliares que fornece o suporte técnico e material para alunos e professores. Finalmente, existe uma repartição incomum em outras redes de ensino: a Seção Psicopedagógica. Contando, normalmente com Psicólogo, Assistente Social e Pedagogos, esta seção vai muito além de ações afetas aos psicopedagogos, realizando a orientação educacional, controles de desvios da vida escolar e social, bem como o contato com os responsáveis.

Em termos de estrutura física, os CM têm condições privilegiadas quando se compara com a maioria das escolas brasileiras. Além de contar com enfermaria com médicos e dentistas, os colégios dispõem de ginásios, estádios, bibliotecas, laboratórios e até piscina, em alguns casos. Ao aluno é oferecida uma gama variada de atividades extraclasse, de cunho esportivo, artístico, cognitivo e cultural. Copiando o modelo de “patronagem” adotado na AMAN, os alunos podem escolher grêmios, onde são cultuados os valores, tradições e os respectivos patronos das “armas”.

Os alunos seguem horários rígidos e devem apresentar-se com uniformes, cuja regulação é pormenorizada em normas específicas, não ficando atrás do regimento a que os militares do EB são submetidos. Eles são divididos em turmas, para cada qual é escolhido um chefe dentre seus integrantes, cargo que vai se revezando entre eles ao longo do ano, até que todos

passem por essa função. Essas turmas são reunidas em Companhias de Alunos (tal qual são organizados os soldados nas unidades de tropa), comandada por um oficial, auxiliado por sargentos que são chamados monitores.

Ao mérito intelectual estão atrelados uma série de símbolos e insígnias a que fazem jus os melhores colocados, inclusive o comissionamento aos postos e graduações existentes no exército, existindo assim desde o “cabo aluno” até a cobiçada posição de “coronel aluno”. A este último cabe uma série de responsabilidades representativas e o comando do Batalhão Escolar, uma analogia ao comando atribuído a uma unidade do exército, exercido por um oficial dessa patente. Todos esses pormenores estão minuciosamente descritos no Regimento Interno dos Colégios Militares (DEPA, 2011).

Essa breve caracterização, leva a traçar um paralelo entre as estruturas simbólicas, desenvolvidas na AMAN e vivenciadas no dia a dia do quartel e as que são utilizadas nos Colégios Militares. Embora não sejam Organizações Militares destinadas às ações de combate, eles conservam uma gama variada de artefatos culturais que os marcam indelevelmente com as tradições castrenses da Força Terrestre Brasileira.

CAPÍTULO 7: ELEMENTOS CULTURAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DE SCHEIN

Com o intuito de explicar a análise dos resultados, primeiramente faz-se necessário explicitar a análise documental realizada para selecionar os aspectos da cultura militar brasileira que fariam parte desse estudo. Essa seleção obedeceu às prescrições de Schein (2017), o qual postula que a cultura de uma organização se estrutura em três diferentes níveis. Interessante destacar, que no Exército Brasileiro, por se tratar de uma cultura forte e milenar, os níveis mais profundos da cultura, ao longo do tempo, foram incrustando-se nos níveis mais superficiais, manifestando-se, também, na “ponta do iceberg”, o que dificilmente ocorre em outras organizações, onde realmente só o último nível fica exposto.

Em um nível mais profundo, dos pressupostos básicos, indiscutivelmente estão a hierarquia e a disciplina. Embora a literatura que trata do assunto considere que esses pressupostos não se mostram explícitos, isso é uma exceção no caso do Exército Brasileiro. A instituição é herdeira de tradições que transcendem ao tempo e ao espaço. Desde a organização os primeiros agrupamentos humanos destinados ao fazer bélico eles já se faziam presentes, resistindo ao tempo e permanecendo no inconsciente do soldado brasileiro contemporâneo e em seus hábitos e costumes. Isso ocorre por tratar-se de uma cultura forte, cujos pressupostos já foram tantas vezes experimentados que hoje já se incorporaram ao “DNA” da organização, sendo indiscutíveis.

Portanto, eles estão totalmente caracterizados, aparecendo até mesmo no texto constitucional que fala das Forças Armadas. Todos as normas castrenses infraconstitucionais, estão indelevelmente alinhados a esses pressupostos, o que corrobora a tese de que eles devem aparecer como valores centrais a serem analisados. Assim sendo, para o presente estudo, no nível mais profundo da cultura foram pinçados esses dois pressupostos: hierarquia e disciplina. É flagrante a forma com que esses dois pilares se manifestam em todas as situações e ambientes militares. A classificação hierárquica é definida em minúcias no estatuto dos militares e demais regulamentos, sendo que o militar de menor precedência é comumente chamado de mais “moderno”, enquanto ao de maior precedência atribui-se a alcunha de mais “antigo”. Essa graduação da hierarquia permeia todo o universo de convivência militar, estando presente nas relações de

convivência, no uso de símbolos, uniformes, na ocupação do espaço físico e em outros aspectos, corroborando a ideia de entrançamento dos níveis mais profundos da cultura nos níveis mais superficiais.

Em um segundo nível, estão as crenças e valores expostos, consubstanciados na missão, visão de futuro e valores. Essas premissas estão descritas no sítio oficial da organização na internet, onde consta como missão: “Contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social”. Como visão de futuro foi estabelecido o seguinte: “ser um Exército capaz de se fazer presente, moderno, dotado de meios adequados e profissionais altamente preparados, composto por capacidades militares que superem os desafios do Século XXI e possam respaldar as decisões soberanas do Brasil”.

A profissão militar apresenta um caráter de certa forma paradoxal: a preparação para uma situação que toda a humanidade se esforça para não chegar: a guerra. Essa situação leva as forças armadas e estarem em constante preparação e treinamento, ao mesmo tempo em que atendem às demandas de atuação interna da instituição em atividades subsidiárias. Esse fato exige dos militares um esforço na higidez física e na constante manutenção nos padrões de adestramento para o combate ou apoio ao combate.

Para garantir o cumprimento da missão proposta e de acordo com a visão de futuro delineada, a instituição deixa explícito, em sua página na internet, os seus principais valores figurando entre eles: Patriotismo, Dever, Lealdade, Probidade e Coragem. Da definição dada para esses valores foram selecionadas algumas palavras para serem usadas como unidades de registro: símbolo, tradição, regulamentação, autoridade, camaradagem, honestidade, dever e responsabilidade.

Finalmente, no nível mais externo estão os artefatos culturais, os quais são mais palpáveis e por isso mais facilmente identificáveis. Nesse nível encontram-se: os símbolos, as normas, os prédios, o vestuário, os padrões de comunicação, os treinamentos, o sistema de recompensas e punições, os heróis e mitos, bem como as cerimônias e rituais. Aqui será necessário deter-se um pouco mais devido ao fato desses artefatos serem mais facilmente identificáveis e por isso existe a tendência deles serem citados mais vezes. É interessante notar que os elementos dos

níveis mais profundos vão se manifestar nos níveis mais acima, sendo os artefatos a manifestação visível dos elementos dos outros níveis. Para explicar esses artefatos o autor lança mão de uma etnografia participante, valendo-se dos seus vinte e quatro anos ininterruptos de serviços prestados ao exército, nos quais vivenciou e vivencia diretamente e diariamente esses elementos. Entende-se a necessidade do pesquisador manter-se a distância do objeto de pesquisa, entretanto, a caracterização desses artefatos pode ser facilmente certificada cientificamente por meio da citação de extratos dos manuais militares, no entanto levaria a escrita para uma direção maçante e enfadonha. Portanto, limitar-se-á a simples descrição baseada na vivência do autor.

Em relação aos símbolos, há uma quantidade imensa de representações deles na cultura do EB. Pode-se dizer que a simbologia permeia e se manifesta em quase todos os outros elementos. Já as normas são extremamente rebuscadas, existindo regramento de procedimentos e condutas para praticamente tudo, seguindo-se a lógica de regramento que remonta à Escola Militar de Realengo, anteriormente citada. Em relação aos prédios, apesar do grande número e variedade de unidades que compõem a Força Terrestre, existe uma lógica comum nos conjuntos arquitetônicos, as quais tendem a seguir o “panótipo foucaultiano”. Independentemente do tamanho e natureza do terreno usado na construção, existe um prédio central onde se instalam as repartições de comando. Dali é possível observar para fora, vendo quem chega e para dentro, onde ficam instalados os seguimentos componentes dos corpos de tropa. Dentro das instalações militares, exige-se o uso de vestuário específico, extremamente característico, o que torna fácil distinguir os militares de outros seguimentos da sociedade. O uniforme militar é cheio de simbologias, existindo um para cada ocasião, porém todos com indicações padronizadas do grau hierárquico, da especialidade, da unidade a que pertence o militar e até mesmo das recompensas e distinções recebidas.

Como não podia ser diferente em cultura herdeira de milênios de tradição, o padrão de comunicação é extremamente peculiar. Isso fica patente e chama a atenção de qualquer civil, no momento em que os militares se cumprimentam. Esse ato é formalmente manifestado por meio da “continência”, a qual é caricatamente atribuída aos militares por toda a sociedade. Ela parte sempre do mais moderno para o mais antigo e é caracterizada pelo gesto de levar à fonte, energeticamente a mão direita. Apesar de parecer um simples cumprimento, a continência reveste-se de um cerimonial particular, minuciosamente descrito no R2. Outros padrões de comunicação

também são bem característicos, como por exemplo a necessidade de usar o vocativo “senhor” ao dirigir-se a um militar de maior graduação hierárquica, independentemente da idade cronológica de ambos. As comunicações são regradas por um extenso conjunto de regras, as quais sempre implicam.

Os treinamentos são igualmente regulados em normas rebuscadas. Para cada situação são desenvolvidos planos, que orientam as capacitações no âmbito da Força. Isso começa desde o Plano Estratégico do Exército, com duração trienal e que orienta a execução das atividades de preparo e emprego da tropa e vai até os níveis mais baixos de treinamento nas unidades militares. São constantemente treinados alguns planos de contingência, como o de defesa do aquartelamento e de combate a incêndio. Embora mais comum em unidades operacionais, sempre é seguido um programa padrão de capacitação, previamente elaborado e aprovado pelo Comando do Exército. As atividades de treinamento são, portanto, constantes na caserna, seja para atividades profissionais, para a manutenção da higidez física, para a execução de cerimônias ou ritos militares ou para a manutenção da capacitação nos diversos âmbitos de atuação dos militares. Alguns cursos e estágios dão direito ao militar de ostentar em sua farda brevês que identificam a conclusão com aproveitamento daquele programa de capacitação. Isso mais uma vez reforça a ideia de que os artefatos culturais militares se entrelaçam em manifestam-se conjuntamente.

Os sistemas de recompensas e punições é bastante estruturado e com regras bem explícitas. As recompensas são atribuídas aqueles que se destacam em suas atividades, sendo algumas vezes materializadas em medalhas, que podem vir a adornar os uniformes. Também existem recompensas escritas, publicadas em boletim interno e com dispensas totais ou parciais do serviço. Já as punições são aplicadas somente após um processo onde é oferecido ao transgressor a oportunidade de exercer o direito ao “contraditório” e à “ampla defesa”. Embora essa seja uma implementação moderna, via de regra, já havia nos regulamentos disciplinares militares fórmulas para a gradação da punição a ser aplicada. Essas sanções são aplicadas àqueles que cometem as transgressões disciplinares capituladas no anexo I do RDE e vão desde uma advertência verbal até a prisão administrativa.

Outros artefatos marcantes na cultura militar são os heróis e mitos. A inserção desses elementos no aparato cultural brasileiro foi descrita na Seção 2.4 onde tratou-se da formação

cultural EB. Os mitos e heróis continuam presentes no cotidiano militar, por meio da atribuição da denominação histórica de prédios, salões, turmas de formação. Até mesmo na escrituração de documentos existe essa preocupação, sendo que, anualmente, uma frase que exorta uma personalidade ou feito histórico deve ser impressa no fecho de cada documento expedido. Conforme se observa, há uma preocupação institucional e normatização no culto dos mitos e heróis, fato que está alinhado ao valor do “culto às tradições”, evidenciado no nível intermediário da cultura dessa organização.

Por fim, as cerimônias e rituais obedecem a protocolos muito rígidos e exaustivamente treinados e merecem um detalhamento particular. Uma reunião militar é internamente chamada de “formatura”, ato revestido de simbolismo e características próprias, onde os movimentos corporais são rigidamente controlados. O jargão militar diz-se que está “em forma” aquele que participa dessa atividade, a qual começa com a reunião de cada fração de tropa por seu comandante, a quem cabe verificar as faltas e atrasos. Invariavelmente os indivíduos são dispostos no terreno em colunas e fileiras rigidamente cobertas e alinhadas.

Estando sua fração nessas condições, o seu comandante a “apresenta” ao comandante do próximo nível hierárquico, passando para ele o “comando” daquele grupamento. Isso vai acontecendo sucessivamente em até que o comando de todo o conjunto de militares esteja nas mãos do Subcomandante da unidade, o qual é o encarregado de apresentar àquele que preside a cerimônia, que é o Comandante da unidade ou uma autoridade superior que se faça presente. A regra é a imobilidade, constituindo-se em transgressão disciplinar a realização de movimentos individuais deliberados. Assim cada militar que está em forma passa a constituir um único “corpo”, o qual se movimenta mediante comandos preestabelecidos, cada qual corresponde a um gesto exaustivamente ensaiado e realizado por todos sincronizadamente.

O uniforme é padronizado, devendo ser do mesmo tipo para todos, conforme a simbologia da ocasião. Existe, nos conjuntos arquitetônicos militares, um local determinado e especificamente usado para a formatura. Durante a cerimônia são realizados ritos e rituais, onde transparecem as manifestações de hierarquia e disciplina, reforçam os valores adotados pela força e cultuam mitos e heróis. Verifica-se, portanto, que em uma formatura militar ficam expostos os elementos presentes nos três níveis da cultura propostos por Schein (2017).

A fim de que o leitor possa ter mais clareza em relação aos elementos culturais, bem como os níveis em que eles se distribuem, foi confeccionado o Quadro 2, onde também pode ser observadas as formas como esses elementos podem ser expressos:

Quadro 2 - Manifestações dos Níveis da Cultura no EB

| Níveis | Expressões |
|---------------------------------|---|
| Nível I – Artefatos Culturais | Símbolos (Emblemas, divisas, insígnias) |
| | Normas |
| | Prédios (Conformação Arquitetônica) |
| | Vestuário (Uniformes) |
| | Padrões de comunicação (Continência, jargões) |
| | Treinamentos |
| | Sistema de recompensas e punições |
| | Heróis e mitos |
| | Cerimônias e rituais (Formaturas) |
| Nível II – Valores Expostos | Patriotismo, Dever, Lealdade, Probidade e Coragem |
| Nível III- Pressupostos básicos | Hierarquia |
| | Disciplina |

Fonte: Autor

CAPÍTULO 8: HERANÇA CULTURAL DOS COLÉGIOS MILITARES

Prosseguindo na análise documental, após a delimitação dos elementos da cultura militar brasileira que fariam parte desse estudo, passou-se a verificar quais deles foram herdados pelo SCMB. Para isso, manteve-se a obediência às prescrições de Schein (2017), procurando-se, entretanto, confirmar a existência desses elementos nos colégios militares. Corroborando, o material escrito pesquisado, o autor também lançou mão de uma observação participante, não só por ter sido aluno de um colégio militar por dois anos, mas por também estar atuando em uma dessas unidades durante os últimos quatro anos.

Começando a análise pelo nível mais profundo - dos pressupostos básicos - a averiguação passou a analisar o papel da hierarquia e a disciplina no âmbito dos CM. Verificou-se que, no SCMB, assim como nas outras instituições militares, esses pressupostos, além de estarem presentes, se capilarizaram indelevelmente nos demais níveis da cultura e se manifestam, também, nos costumes, no linguajar e nos uniformes dos alunos. Isso fica notório, ao analisar o Regulamento dos Colégios Militares, o qual classifica os CM em “Organizações Militares” qual funcional como estabelecimentos de ensino de educação básica (BRASIL, 2021). Sendo uma OM, o Colégio Militar está sujeito a todos regramentos previstos para as demais, com todas as implicações trazidas pelos pressupostos culturais básicos da instituição.

Especificamente para os alunos, também é aplicada uma classificação hierárquica, conforme previsto no RI CM:

Art. 75. A graduação do aluno nos diversos graus da hierarquia escolar constitui recompensa pela aplicação aos estudos e pelo exemplar comportamento escolar, tornando-se estímulo à formação integral do aluno e à escolha pela carreira militar.

§ 1º Os graus da hierarquia escolar definem-se entre o posto de coronel-aluno e a graduação de cabo-aluno, de acordo com o prescrito no Anexo A – ORGANIZAÇÃO DO BATALHÃO / GRUPAMENTO ESCOLAR.

§ 2º Para efeito de hierarquia, os alunos dos anos escolares de maior nível escolar têm a precedência, exceto no âmbito do batalhão escolar, onde prevalecerá a precedência de postos e graduações, conforme Anexo “A” deste RI. (BRASIL, 2021, p. 34)

Embora, as relações hierárquicas entre os alunos não sejam tão exacerbadas como nos corpos de tropa, elas também existem e são exercidas de forma mais temporária. Nesse sentido, é sempre escalado um aluno como chefe de turma, o qual tem a função de retirar as

faltas e “apresentar” a turma ao professor ou outro agente de ensino. Essas relações também aparecem quando se constituiu o “Batalhão Escolar”. Essa estrutura, geralmente é adotada por ocasião das formaturas e segue a analogia da organização de um Batalhão (uma unidade militar com autonomia operacional e administrativa). Entretanto, os postos e graduações são distribuídos aos alunos, de acordo com seus méritos e de acordo com o ano escolar.

A disciplina, outro elemento do nível mais profundo, também foi incorporada pelo SCMB, como se vê no R 69, o qual postula que “o regime disciplinar dos CM é de natureza educativa, visa à educação integral do aluno e fundamenta-se nos padrões éticos da sociedade brasileira e nos valores do Exército Brasileiro”. Os alunos também estão sujeitos a um regime disciplinar, o qual é assim descrito no Regulamento Interno dos Colégios Militares:

Art. 86. O regime disciplinar, com suas consequências na formação do adolescente, influenciando na conduta do aluno, dentro e fora do universo escolar, deve criar condições para que o desenvolvimento de sua personalidade se processe em consonância com os padrões éticos da sociedade brasileira, incorporando-lhe os atributos indispensáveis ao seu crescimento social. (BRASIL, 2021, p. 41)

Conclui-se, portanto que os dispositivos disciplinares, embora similares aos militares, são aplicados tendo em vista o objetivo fundamental do ensino, sendo as normas disciplinares encaradas como um “instrumento a serviço da formação integral do aluno”, havendo o cuidado de não haver um rigor excessivo em sua aplicação. (RICM).

Passando para o segundo nível, observa-se que algumas das crenças e valores expostos, consubstanciados na missão, visão de futuro e valores do Exército, também estão incorporados no “ethos” do aluno do Colégio Militar. A ação educacional desenvolvida nos CM é feita segundo os valores e as tradições do Exército Brasileiro, cuja proposta pedagógica tem como meta desenvolver valores caros para os militares (BRASIL, 2008 b). Isso também é explorado no RICM, quando apresenta os fundamentos da sua proposta pedagógica, dentre os quais destaca-se:

[...] educar, tomando como base um ambiente identificado segundo os valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro, com ênfase para a disciplina, a ética, a honestidade, o cumprimento do dever, a obediência às regras, o espírito de corpo e o respeito aos princípios da autoridade e da meritocracia; (BRASIL, 2021, p. 3)

Portanto, verifica-se que dos valores do Exército, escolhidos para serem analisados (Patriotismo, Dever, Lealdade, Probidade e Coragem), apenas o último deles não está plenamente

caracterizado no âmbito do SCMB, uma vez que esse valor está mais voltado para o profissional da guerra propriamente.

Entrando, finalmente, no nível dos artefatos culturais, também se verifica que esses elementos foram totalmente incorporados pelos Colégios Militares. Os símbolos, as normas, os prédios, o vestuário, os padrões de comunicação, os treinamentos, o sistema de recompensas e punições, os heróis e mitos, bem como as cerimônias e rituais são seguidos também pelos alunos. Assim como acontece no EB, os elementos dos níveis mais profundos também se manifestam nos artefatos.

Iniciando pelos símbolos, nota-se que a simbologia também permeia e se manifesta em quase todos os outros elementos. Há simbologia na disposição arquitetônica dos colégios, na forma de comunicação, nas cerimônias e nos uniformes. Analogamente ao que é feito nas Forças Armadas, os alunos são expostos a um variado aparato simbólico que se manifesta nos demais artefatos como se verá adiante.

Passando-se às normas, que regulam o SCMB, elas também são extremamente rebuscadas e regram desde procedimentos e condutas dos alunos até os pormenores da vida escolar. Além do R 9 e do RICM, existem normas do sistema para regular as avaliações, a ação psicopedagógica e a ação de supervisão escolar. Existe também uma norma que dá as diretrizes para o planejamento anual de ensino. Cada CM, tem por obrigação confeccionar suas próprias normas relativas a esses assuntos, detalhando as especificidades de cada unidade. Essas normas devem ser enviadas para a Diretoria do sistema para aprovação.

Analisando-se os conjuntos arquitetônicos, verifica-se que os colégios, em regra seguem o “panótipo foucaultiano”, com destaque para um conjunto central, onde estão as instalações de comando. Em geral, a presença de alunos não é permitida nesse prédio. Dentro das instalações colegiais, também se exige o uso de uniformes, os quais também são cheios de simbologias, existindo um para cada ocasião. Aqui também ocorrem as indicações do grau hierárquico e das distinções recebidas. O aluno ostenta no ombro a divisa relativa ao seu ano. O uniforme dos CM é bastante antigo e tradicional, destacando-se como um símbolo, a boina vermelho garança.

Os padrões de comunicação também foram copiados, sendo que a “continência”, também deve ser feita pelo aluno aos seus superiores. Entre os próprios alunos não é um ato

exigido, sendo por eles devida apenas aos sargentos e oficiais. Outros padrões de comunicação também são bem característicos da vida castrense, com uso de gírias e jargões militares. Observa-se que os alunos, embora estejam sujeitos, não tem o mesmo tempo de exposição a atividades tipicamente militares (formaturas, por exemplo), como os profissionais. Desta forma não há por parte deles tanta precisão na execução dos ritos e rituais castrenses. Entretanto, os alunos também são sujeitos a treinamentos. Para isso existe uma disciplina chamada Instrução Cívico-Militar, conforme prescrevem as Normas para Planejamento e Gestão Escolar no SCMB:

a. A instrução cívico-militar e as atividades cívico-militares compõem a grade curricular do EF/EM com seus PSD e visam assegurar a disciplina escolar, estimular o civismo e obter padrões de procedimentos consoantes com a proposta pedagógica.

b. As atividades desenvolvidas nas Formaturas (ACM) e nas Instruções desenvolvidas pelas Companhias de Aluno (ICM) estão previstas nos Planos de Sequência Didática (PSD) e constituem-se em ATIVIDADES de ensino. (BRASIL, 2020, p. 33)

Os sistemas de recompensas e punições segue a mesma sistemática do EB, com regras bem explícitas. As recompensas são atribuídas aqueles que se destacam em suas atividades, sendo capituladas no RICM:

Art. 85. Além daquelas constantes dos documentos citados no artigo anterior, são devidas ao aluno as seguintes formas de recompensa:

I - integrar o Pantheon de ex-alunos, segundo estatuto próprio aprovado pelo Cmt CM; II - integrar a Legião de Honra, conforme o Anexo “D” a este RI; III - ser “aluno-destaque”; IV - receber diploma os concludentes do 3º ano/EM e elogio por assiduidade para os demais anos; V - ser promovido no grupamento/batalhão escolar; VI - assinar o Livro de Honra; e VII - receber prêmios e medalhas, conforme estabelecido no Anexo “F” a este RI. (BRASIL, 2021, p. 39)

Existem também as punições, que são bem mais brandas que às aplicadas às transgressões militares, porém seguem o mesmo processo do “contraditório” e da “ampla defesa”. As prescrições relativas às punições estão descritas nas Normas Reguladoras do Regime Disciplinar.

Outros artefatos herdados pelos CM são os mitos e heróis. Aqui também se fazem presentes por meio da atribuição da denominação histórica de prédios, salões, turmas de formação. A preocupação institucional e normatização no culto dos mitos e heróis, também foi herdada, sendo evidenciada por meio de concursos literários e formaturas alusivas às memórias de vultos históricos e grandes batalhas.

Por fim, as cerimônias e rituais obedecem aos mesmos protocolos previstos para o ceri-

monial militar. Geralmente nas formaturas é formado o Batalhão Escolar:

Art. 82. O corpo de alunos do CM organiza-se, para fins de representação em cerimônias cívico-militares e nas formaturas solenes do colégio, em um grupamento/batalhão escolar com a seguinte composição: I - comando do grupamento/batalhão; II - estado-maior do grupamento; III - guarda-bandeira; IV - banda de música; V - batalhão escolar, quantos forem necessários; VI - estado-maior do batalhão; VII - 3 (três) companhias em cada batalhão; e VIII - 3 (três) pelotões em cada companhia (BRASIL, 2021, p. 37).

Durante a cerimônia, são realizados ritos e rituais, onde transparecem as manifestações de hierarquia e disciplina reforçam os valores adotados pela Força Terrestre, conforme disciplinado nas NPGE:

Nas formaturas gerais do CM, devem ser observadas as seguintes orientações: a. aluno como mestre-de-cerimônias ou narrador; b. aluno para hastear a Bandeira Nacional, como forma de reconhecer o desempenho escolar; c. os oficiais-alunos devem estar com espada e luvas, integrando o Batalhão Escolar; d. os oficiais instrutores e os sargentos monitores podem transitar por dentro dos grupamentos de alunos nas formaturas especiais e deslocar-se ao lado dos grupamentos durante os desfiles dos alunos; e. adotar a saudação “Zum Zaravalho” como elo entre os CM. Nessa saudação escolar deve-se atentar para o previsto no RICM; f. inserir o Canto da Canção AVANTE CAMARADAS, Canção preferencial da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial; [...].

Como se pode ver, o aparato cultural do Exército foi quase que inteiramente absorvido pelo Sistema Colégio Militar, com as devidas adaptações que respeitam o fato de que os alunos não são militares. A tabela abaixo retrata essa apropriação cultural.

Tabela 1 - Elementos Culturais do EB presentes no SCMB

| Níveis | Expressões | Manifestações no SCMB |
|---------------------------------------|---|--|
| Nível I – Artefatos Culturais | Símbolos (Emblemas, divisas, insígnias) | Símbolos (Emblemas, divisas, insígnias próprios) |
| | Normas | Normas (as do EB e normas próprias) |
| | Prédios (Conformação Arquitetônica) | Mesma Conformação Arquitetônica |
| | Vestuário (Uniformes) | Uniformes próprios |
| | Padrões de comunicação (Continência, jargões) | Continência, jargões |
| | Treinamentos | ICM |
| | Sistema de recompensas e punições | Sistema de recompensas e punições próprios |
| | Heróis e mitos | Heróis e mitos do EB |
| | Cerimônias e rituais (Formaturas) | Formaturas |
| Nível II – Valores | Patriotismo, Dever, Lealdade, Probidade e Coragem | Patriotismo, Dever, Lealdade, Probidade |
| Nível III- Pressupostos básicos | Hierarquia | Hierarquia |
| | Disciplina | Disciplina |

Fonte: Autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho ocupou-se de questões relativas aos elementos da cultura militar do Brasil e o respectivo legado para os Colégios Militares. Para o autor, o tema revestiu-se de grande importância, visto que sua trajetória profissional teve grande impulso durante a vivência como aluno da primeira turma do Colégio Militar de Campo Grande, uma das quatorze unidades do sistema. Ao longo da carreira houve uma aproximação com os estudos relativos a área da Educação.

Em que pese o fato do estudo ter sofrido algumas limitações, pode-se dizer que os resultados obtidos foram relevantes. Com relação aos objetivos traçados, pode-se dizer que eles foram plenamente atingidos. Ao longo do trabalho foi possível distinguir a cultura organizacional do Exército Brasileiro, inicialmente, por uma passagem rápida pelo conceito de cultura e posteriormente pela utilização dos métodos de análise de cultura organizacional propostos por Edgar Schein. Foi possível a identificação dos elementos da cultura organizacional do Exército Brasileiro adotados pelo Sistema Colégio Militar do Brasil, os quais foram bem evidenciados no corpo do trabalho.

Como principal resultado obtido, aponta-se a comprovação de que os elementos que compõem a cultura organizacional dos Colégios Militares são herança da cultura militar brasileira.

REFERÊNCIAS

BENTO. Cláudio Moreira. As batalhas dos Guararapes: descrição e análise militar / Cláudio Moreira Bento. - 2.ed. Porto Alegre: Gênese, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília-DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.786 de 8 de fevereiro 1999. Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. Brasília-DF, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19786.htm. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comandante do Exército. Portaria nº 549, de 6 de outubro de 2000. Aprova o Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército (R-126). Disponível em: <http://www.decex.eb.mil.br/legislacao-ensino>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial DEPA. Normas de Planejamento e Gestão Escolar no SCMB. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Nº 042, de 6 de fevereiro de 2008. Aprova o Regulamento dos Colégios Militares e dá outras providências. Disponível em: http://www.depa.eb.mil.br/images/legislacao/R-69_atualizado.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009. Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30432655/do1-2013-04-05-portaria-normativa-n-849-md-de-4-de-abril-de-2013-30432651. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Diretoria de Educação Preparatória e Assistência. DEPA (2015). Plano do Projeto Educação Inclusiva no SCMB (circulação interna).

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comandante do Exército. Portaria Cmt Ex-061, de 04 de fevereiro de 2015. Inclui o Parágrafo único no art. 44 do Regulamento dos Colégios Militares (R-69) e dá outras providências. Disponível em <http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial. Regimento Interno dos Colégios Militares RICM 2021. Disponível em: https://cmjf.eb.mil.br/arquivos/ca/2021/RICM_2021_Completo.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 2.243, de 3 de junho de 1997. Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. (Revogado). Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=2243&ano=1997&ato=a8ecXR610MjPWT7b0>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. Decreto Nº 4346 de 26 de agosto de 2002. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. 1999 a. Disponível em: http://www.decex.eb.mil.br/port/_leg_ensino/2_educacao_eb-decex/4_dec_3.182_23set1999_Reg_da_LeiEnsinoEB9786.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 1990, de 9 de dezembro de 1980: Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Brasília-DF, 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L.880.htm. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Secretaria Geral do Exército. Separata ao Boletim do Exército: Regulamento Interno e dos Serviços Gerais - R-1 (RISG) N. 51/2003. Brasília – DF, 19 de

- Dezembro de 2003. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/164/1/RISG.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 386 p.
- CASTRO, Celso. A invenção do Exército brasileiro: Descobrimo o Brasil. Rio de Janeiro: Zahar. Edição do Kindle. 2002.
- CASTRO, Celso. O Espírito Militar: Um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- DEPA. (2011). Regimento Interno dos Colégios Militares. Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/legislação>. Acesso em: 18 Set 2020.
- Estado-Maior do Exército. Boletins do Exército. Portaria nº 183-EME, de 6 de setembro de 2013. Disponível em <http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas>. Acesso em: 18 out. 2020.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p. Do original em francês: Surveiller et punir
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019.
- MACHADO, F.C.L., MARANHÃO, C.M.S., PEREIRA, J. O Conceito De Cultura Organizacional Em Edgar Schein: Uma Reflexão À Luz Dos Estudos Críticos Em Administração. REUNA, Belo Horizonte, v.21, n.1, p. 75-96, Jan. – Mar. 2016 - ISSN 2179-8834
- MORGAN, Lewis Henry. Evolucionismo Cultural/ Textos de Morgan, Tylor e Frazer; textos selecionados, apresentação e revisão Celso Castro; tradução, Maria Lúcia de Oliveira-Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2005.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald, 1881. Estrutura e função na sociedade primitiva, trad. De Nathanael C. Caixeiro. Petrópolis, Vozes.1973 (272p).
- RODRIGUES. J.Washf. Obra Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil: desenhos, aquarellas e documentos. Direção geral e organização do feixio por Gustavo Barroso (João do Norte). Rio de Janeiro. Paris. 1922
- SCHEIN, Edgar H. Cultura organizacional e liderança. Tradução Ailton Bomfim Brandão; revisão técnica Humberto Mariotti. – São Paulo: Atlas, 2017.
- SILVA, Adilson dos Santos (1881-1955). Caxias, o estrategista: Análise da vida do Duque de Caxias. São Paulo: Amazon, 2002. Edição do Kindle.
- SILVA, Edna Lúcia da.; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Florianópolis: UFSC, 2001
- SOUZA, Simão Pedro da Costa. A Cultura Nacional e a Cultura Militar. Pedrouços. IESM/Portugal. 2015. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/17413/1/TII%20Cultura%20Nacional%20e%20a%20Cultura%20Militar%20Maj%20Sousa%20Final%20Corrigido.pdf>. Acesso em: 18 Set. 2020
- SUN TZU, século VI a.C. A Arte da Guerra: Por uma Estratégia Perfeita/Sun Tzu; tradução Heloísa Sarzana Pugliesi, Márcio Pugliesi. — São Paulo: Madras, 2005.

SOBRE O AUTOR



Márcio dos Reis Cardoso

Bacharel em Ciências Militares (2001), graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Resende-RJ. Pós graduado em Psicopedagogia Escolar (2014) e Coordenação Pedagógica (2017) pelo Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), Rio de Janeiro-RJ. Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Educação Especial, Inclusão e Diferença pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Após a formação na AMAN, foi declarado Aspirante-à-Oficial do Exército, da Arma de Cavalaria e trilhou sua trajetória profissional em unidades operacionais, mecanizadas e blindadas, no Centro-Oeste e Sul do país. De 2016 a 2017 foi Chefe da Seção Psicopedagógica e Comandante do Curso de Cavalaria do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo (CPOR-SP). Hoje, no posto de Tenente-Coronel, exerce, desde 2018, a função de Chefe da Seção de Atendimento Educacional Especializado do Colégio Militar de Santa Maria, onde é o gerente de implantação Projeto Educação Inclusiva.

E-mail: cardosomarciorc2@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4021042926538961>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6061-2098>

ÍNDICE REMISSIVO

A

acadêmica 7, 12
AMAN 29, 30, 31, 32, 33, 35, 40, 41, 55
autoridade 23, 33, 34, 43, 46, 49

B

brasileira 7, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 36, 42, 48, 49, 53

C

carreira 10, 27, 30, 35, 38, 39, 48, 53
colégios 7, 12, 14, 39, 40, 48, 50
Colégios Militares 7, 11, 12, 13, 19, 31, 32, 38, 39, 41,
48, 49, 50, 53, 54
comportamento 7, 16, 17, 18, 21, 48
conflitos 20, 21
conhecimento 11, 12, 39
cultura 7, 8, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23,
24, 28, 33, 36, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 53
cultural 14, 15, 18, 25, 29, 32, 35, 37, 39, 40, 45, 46, 52
cultura militar 7, 8, 12, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28,
33, 36, 42, 45, 48, 53
Cultura Organizacional 12, 17
curso 10, 11, 30

D

desafios 12, 43
disciplina 12, 21, 22, 23, 28, 33, 34, 35, 36, 42, 46, 48,
49, 51, 52

E

educação 5, 11, 12, 15, 31, 38, 39, 48, 49
escolar 11, 19, 29, 40, 48, 49, 50, 51, 52
Exército 7, 8, 10, 12, 14, 18, 19, 25, 26, 27, 28, 29, 30,
31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 49, 52,
53, 54, 55

F

Forças Armadas 9, 23, 33, 34, 42, 50, 54
formação 9, 10, 11, 20, 25, 29, 30, 31, 32, 37, 45, 46,
48, 49, 51, 55

H

humanas 7, 14, 15, 20

I

inclusão 11, 12, 19
indivíduo 15, 17, 21, 29
instituição 7, 8, 11, 12, 17, 18, 23, 27, 28, 31, 33, 36,
37, 38, 39, 42, 43, 48
instituições 15, 17, 20, 29, 33, 48

M

Militar 7, 8, 9, 10, 12, 13, 27, 29, 30, 34, 35, 38, 39, 44,
48, 49, 51, 52, 53, 54, 55
militares 7, 12, 14, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28,
29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45,
46, 48, 49, 51, 52

N

natural 10, 14
normas 7, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 34, 35, 36, 37, 39, 40,
42, 43, 44, 45, 49, 50

O

organização 7, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 24, 42, 43, 46, 49

P

patrono 26, 27, 28, 32, 38
pedagógica 10, 39, 49, 51
pessoa 5, 9, 12, 29
pessoais 9, 10, 12, 32
problema 18, 27, 28, 29
profissão 8, 21, 34, 43
profissional 7, 8, 9, 10, 11, 12, 34, 39, 50, 53, 55

S

sistema 4, 7, 10, 15, 16, 31, 32, 34, 39, 43, 50, 53
social 4, 8, 14, 15, 18, 20, 21, 40, 43, 49
sociedade 13, 15, 16, 21, 29, 31, 44, 49
soldado 20, 21, 22, 27, 28, 30, 36, 42

T

trabalho 5, 12, 13, 16, 19, 21, 22, 25, 53

V

vida 9, 10, 13, 20, 24, 33, 35, 39, 40, 50, 51



AYA EDITORA
2022